



FÁTIMA PARA UM ORTODOXO

Autor: Prof. Dr. Luís Filipe Thomaz ©

www.ortodoxia.pt

O fenómeno de Fátima

Quem quer que resida em Portugal ou visite o país com um mínimo de demora não deixará de notar a importância que aí reveste o santuário de Fátima, que no espaço de um século se tornou de longe o maior centro de peregrinações do país, a que, sobretudo a 13 de Maio e a 13 de Outubro acorrem quase sempre centos de milhares de peregrinos. Visitado pelos papas pelo menos já cinco vezes, possui hoje, no mundo católico, renome mundial.

Na sua origem, que remonta a 1917, estão as *aparuições* que a Santíssima Virgem no decurso desse ano aí terá feito mensalmente, durante seis meses, a três crianças que aí guardavam gado: Francisco, então de 9 anos, sua irmã Jacinta, de apenas 7, e sua prima Lúcia, já com 10. Embora haja testemunhos indiretos recolhidos desde logo, é sobretudo pelas sucessivas *Memórias* de Lúcia que os factos são conhecidos, já que os outros dois videntes faleceram no espaço de dois anos sem nada terem escrito. As *Memórias* de Lúcia são em número de quatro, datando as duas primeiras respetivamente de 1935 e 1937, e as duas últimas de 1941. São, por conseguinte, pelo menos 18 anos posteriores aos factos que reportam. Há que notar, de qualquer modo, que as recordações da Irmã Lúcia se afiguram um tanto confusas, de modo que certos factos — como a *aparuição* de um anjo aos três pastores em 1916, antes portanto das da *Senhora* — apenas são referidos nas últimas *Memórias*.



Os três videntes de Fátima

As *aparições* foram desde logo interpretadas como um especial privilégio concedido pela Mãe de Deus não apenas aos três videntes mas a todo o povo português, que atravessava então, como abaixo veremos em maior detalhe, um momento difícil, marcado ao mesmo tempo por uma atmosfera de perseguição à religião e à igreja, e pela entrada do país na Grande Guerra de 1914-1918.

Embora a Carta Constitucional de 1826, que com curtas intermitências permaneceu em vigor até 1910 reconhecesse por um lado a liberdade de religião, declarava a "religião católica romana" como "religião do povo português". O Estado e a Igreja permaneciam estreitamente unidos: era nas igrejas paroquiais que tinham lugar as eleições para as Cortes ou parlamento; os párocos eram, como os funcionários públicos, nomeados por concurso perante o Ministério da Justiça que se ocupava também dos assuntos religiosos, e os bispos designados por acordo entre o governo português e o Vaticano; os párocos venciam salário pago pelo Estado e os bispos tinham *de officio* assento na Câmara dos Pares, a câmara alta do parlamento. Na Universidade de Coimbra existia uma faculdade de teologia, em que predominava a tendência chamada *galicana*, favorável a uma certa independência da igreja nacional em relação a Roma, sob a tutela do Estado que a protegia. As leis de 1834 que haviam banido mosteiros e

congregações religiosas haviam sido mitigadas e muitas ordens, como a dos jesuítas, haviam regressado ao território nacional.

O republicanismo, de sabor jacobino e anticlerical, penetrara em Portugal sobretudo a partir de 1870, data da queda do terceiro império em França, país com que Portugal mantinha as mais estreitas relações culturais. Era sobretudo inspirado pela filosofia positivista, de que o maior expoente era Auguste Comte (1798-1857). Comte via a história universal como uma sucessão progressiva de três *estádios*: o *estádio metafísico*, em que os fenómenos da natureza eram explicados por misteriosas forças invisíveis, o *estádio teológico* em que eram explicados pelo recurso a Deus, e, finalmente, o *estádio positivo*, o definitivo, em que os fenómenos eram racionalmente explicados pela ciência. A religião e o clero, que com a sua influência perpetuavam o estado metafísico apareciam assim como o principal inimigo a derrubar. Para alguns positivistas, como Antero do Quental numa das fases do seu pensamento, não só a religião estaria condenada a desaparecer: está-lo-ia também a música, a única arte que se não pode reduzir à racionalidade...

Já Comte imprimira à sua filosofia laivos de religião, redigindo à imitação dos catecismos católicos um *Catecismo Positivista* em que dialogava com uma rapariga que tratava por "filha" e instruía na sua nova fé. Esse carácter de "religião de substituição" acentuou-se entre os positivistas tanto de Portugal, como do Brasil, que imprimiam ao positivismo um cunho político e intervencionista, vendo, assaz irracionalmente, nos jesuítas, talvez devido ao papel que desempenhavam no ensino, o seu inimigo principal. Na propaganda republicana de finais do século XIX acham-se assim mais ataques aos jesuítas do que à própria instituição monárquica — sem embargo de esta ser criticada pelos gastos que fazia a Família Real e, sobretudo, por, ao lado do governo, se ter dobrado em 1890 ao ultimato inglês, que exigia a retirada de todas as forças portuguesas dos territórios entre Angola e Moçambique, que formam hoje a Zâmbia e o Zimbabué.

O partido republicano resignava-se geralmente a concorrer às urnas e elegera em 1878 o seu primeiro deputado. Havia em Portugal nessa época ampla liberdade política e de expressão, bem patente nas caricaturas do Rei e da Família Real que os jornais publicavam. Todavia, a muitos dos republicanos, prisioneiros da sua filosofia positivista que concebia a história como pré-determinada, não repugnava a ideia de derrubar pela força o regímen monárquico — como tentaram fazer no Porto a 31 de Janeiro de 1891, com uma intentona revolucionária que se gorou — pois consideravam que ela se inscrevia no curso inelutável da História, que se consideravam no dever de acelerar.

Nas eleições de Agosto de 1910 o partido republicano perdera os três deputados que em parlamentos anteriores lograra eleger no Porto, apenas ganhando as eleições nos distritos de Setúbal e Lisboa, em que elegera 13 deputados — o que, com mais um que conseguira eleger em Beja, perfazia 14, numa câmara de 148 assentos. Pode por isso dizer-se que a república foi imposta por Lisboa ao resto do país, já que foi de acordo com os pressupostos filosóficos dos positivistas e não com o resultado do escrutínio que a 5 de Outubro de 1910 o partido se apossou do poder. Se na revolução não houve praticamente vítimas, foi porque a Família Real não pousava no Paço das Necessidades, que unidades da Marinha em revolta bombardearam.

Impregnado da ideia de que o seu programa se inscrevia necessariamente no curso da História, o partido republicano não só não submeteu a referendo o regímen que instaurara, como principiou a pôr em prática reformas radicais mesmo antes de proceder a eleições e assim fazer aprovar a nova constituição.

A sua figura dominante foi o Dr. Afonso Costa, que assumiu de imediato a pasta de Ministro da Justiça e dos Cultos. Diz-se que declarou então que tinha esperança de, com as medidas que ia tomar, liquidar em duas gerações a religião em Portugal. Seja

como for, os jesuítas foram de imediato expulsos, após terem sido submetidos a mensurações cefálicas, pois considerava-se que só por anomalia patológica poderia um homem abraçar os ideais da Companhia de Jesus, eurgia demonstrá-lo experimentalmente.

A 21 de Abril de 1911 o governo decretou a Lei da Separação das Igrejas e do Estado, que, além de proceder ao que o seu intitulado anunciava, foi interpretado como um pretexto para toda a sorte de violências contra a Igreja: o ensino religioso nas escolas foi suprimido; a Faculdade de Teologia proibida de receber novos alunos e finalmente encerrada; as irmandades e confrarias religiosas foram colocadas sob a tutela dos governadores civis dos vários distritos, que tinham poderes para as dissolver; foi autorizado o divórcio; foi proibido o culto na capela da Universidade de Coimbra e vedado às forças armadas participarem em manifestações religiosas; os arquivos paroquiais foram confiscados e integrados no Registo Civil criado pelo novo regímen; foram cortadas as relações diplomáticas com o Vaticano; os clérigos foram proibidos de circular nas ruas em hábitos talares; muitas ordens e congregações religiosas foram expulsas, o que, em muitas das colónias portuguesas, desorganizou quase inteiramente o sistema de ensino; foram interditas as procissões fora dos adros das igrejas; numerosos bispos, incluindo o Patriarca de Lisboa, foram, contra a letra da *Lei da Separação*, demitidos pelo governo, exilados e proibidos de residir dentro do perímetro das suas dioceses; à exceção do Natal, mascarado de "festa da família", os dias santos foram substituídos por feriados laicos, comemorando episódios da história nacional, tais como o aniversário da intentona de 1891 no Porto, o descobrimento do Brasil, etc.; e assim por diante. No entanto, como os republicanos pretendiam manter o apoio do povo, que diziam representar, à sua política, agiram com certa diplomacia, evitando hostilizar frontalmente os seus hábitos e costumes; a aplicação de certas medidas, como a proibição de tocar os sinos das igrejas, ficou por isso ao critério dos poderes locais, em conformidade com os usos populares.

Ao passo que os bens da Família Real, em consonância com os princípios de uma república burguesa respeitadora da propriedade privada, eram poupados, todos os pertencentes à Igreja foram nacionalizados, incluindo, abusivamente, alguns bens pessoais dos eclesiásticos, como a cruz de ouro do bispo do Porto, o velho missionário D. António Barroso, hoje exposta no Museu Soares dos Reis.

Afonso Costa pretendia fazer da sua facção, o *partido democrático*, o partido único da república, mas o radicalismo das suas posições levou à secessão dos moderados, que formaram o *partido evolucionista* e mais tarde outros ainda. Devido aos desentendimentos entre republicanos e às certezas messiânicas de que muitos estavam possuídos, que pareciam justificar quaisquer meios para se alçarem ao poder, instalou-se a instabilidade política, caindo muitas vezes o poder nas ruas, em que se travaram por vezes verdadeiras batalhas. Durante os 16 anos que durou o regímen sucederam-se sete parlamentos, oitos presidentes da república, quarenta chefes do governo e quarenta e cinco ministérios. Após o golpe de estado de Dezembro de 1917, que instaurou um governo de tendência presidencialista chefiado por Sidónio Pais, foram restabelecidas as relações com o Vaticano e suspensa a política antirreligiosa de Afonso Costa que chegou a ser preso e foi afastado do governo; mas com o assassínio de Sidónio, em Dezembro de 1918, as coisas tornaram à primeira forma, ainda que com mais brandura. Foi apenas após a "Revolução Nacional" de 28 de Maio de 1926, que levou Afonso Costa a exilar-se em Paris, sobretudo com a concordata celebrada entre Portugal e a Santa Sé em 1940, que a situação se normalizou.

Foi naquele ambiente de hostilidade à religião que, logo a partir da visão de Agosto de 1917, os três videntes de Fátima se viram a contas com o administrador do concelho de Ourém, Artur de Oliveira Santos. Proprietário de uma oficina de latoaria e

membro muito ativo do partido republicano, fora a 23 de Outubro de 1915, com o apoio da maçonaria em que se matriculara, nomeado administrador do concelho, funções que exerceu até Fevereiro de 1918. A figura de "provedor do concelho", denominado a partir de 1835 "administrador do concelho", fora criada em 1832 para substituir a do "juiz de fora", que tradicionalmente representava em cada concelho o poder central, acumulando funções administrativas com as judiciais, o que à luz do princípio da separação dos poderes pareceu inconveniente. Pelo Código Administrativo de 1936 as suas funções foram absorvidas pelas de Presidente da Câmara, que passou a ser nomeado pelo governo em vez de eleito, situação esta que perdurou até 1976. Representante do governo junto de cada autarquia eleita, o administrador do concelho era um magistrado administrativo que tinha nas suas mãos a ordem pública e a polícia, e foi a esse título que o de Ourém interveio em Fátima. Além de chegar a prender os videntes, proibiu o enterro de Jacinta, morta do surto de gripe pneumónica pouco mais de dois anos após as visões — de modo que, se o barão de Alvaiázere lhe não tivesse facultado sepultura no seu jazigo de família, teria provavelmente ficado insepulta...

Há a notar, por outro lado, que entretanto Portugal, aliado da Inglaterra desde o século XIV, entrara na Grande Guerra. Anuindo a um pedido do governo britânico, o governo de Lisboa ordenara em começos de 1916 o apresamento de setenta e dois navios alemães surtos em portos portugueses, após o que, a 9 de Março, a Alemanha lhe declarou guerra. Portugal participou nela com um efetivo total de 105.542 homens, de que, na frente da Flandres e nas fronteiras de Angola e Moçambique, pereceram 7.769, sendo feridos mais de 16.000 e aprisionados ou desaparecidos cerca de 13.000.

Foi esse povo, ameaçado pelo espectro da guerra e reprimido na sua natural religiosidade, que, mal se espalhou a nova das aparições marianas, afluiu em massa à Cova da Iria a presenciar as visões das três crianças. À de Julho estiveram já presentes quatro a cinco mil pessoas, que ali haviam acampado desde a véspera. Em Agosto são já quinze a dezoito mil, em Setembro vinte e cinco a trinta mil, e em Outubro cinquenta a sessenta mil. Foram desta vez contados pela imprensa 240 carros de cavalos, 135 bicicletas e mais de 100 automóveis, a que haveria a ajuntar os que vieram a pé ou de burro.

Fátima foi assim, desde logo, e continua hoje a ser, essencialmente uma explosão de religiosidade popular.

No ambiente que se gerara, os acontecimentos de 1917 foram, efetivamente, logo vistos de um ponto de vista nacional, senão nacionalista, bem patente nalguns cânticos compostos para ali serem cantados durante as peregrinações:

*Sobre os braços da azinheira,
Tu vieste, ó Mãe clemente
Visitar a lusa gente,
De quem és a padroeira...*

e:

*Salve nobre padroeira,
do povo teu protegido,
entre todos escolhido
para povo do Senhor...*

É verdade que estas liberdades poéticas não são para ser tomadas à letra; mas seja como for é evidente que o Povo Eleito do Antigo Testamento deu, com o Novo, lugar à Igreja, o que etimologicamente significa "convocação", e tem por objeto a humanidade

inteira, chamada a tornar-se o Novo Povo de Deus. Os desígnios de Deus para com cada povo quedam-nos inteiramente ocultos. Para além disso, quer a autenticidade das visões dos pastorinhos quer o conteúdo da chamada *Mensagem de Fátima*, têm suscitado numerosas dúvidas, no seio da própria Igreja Católica, cujos ensinamentos a tal respeito, que não diferem muito do dos teólogos ortodoxos, detalhamos a seguir.

Entre os ortodoxos as opiniões, por vezes baseadas em informações incompletas ou defeituosas, mostram predominantemente tendência para a rejeição em bloco, o que, como veremos, nos parece constituir um exagero.

Nas linhas que se seguem procuraremos submeter o fenómeno de Fátima a uma cuidadosa análise crítica, numa tentativa de discernir o que aí há de aceitável a um cristão ortodoxo do que deve ser rejeitado, ou apenas aceite com restrições e reservas.

Escusado será dizer que tudo o que se segue apenas compromete aquele que o escreveu, sem de modo algum se pretender substituir ao júízo da hierarquia.

Os acontecimentos de 1917

A história começou no domingo 13 de Maio de 1917, quando as três crianças guardavam ovelhas no sítio da Cova da Iria, num terreno pertencente ao pai de Lúcia, enquanto os pais de Francisco e Jacinta tinham ido a uma feira. O pároco recomendara que rezassem pelos soldados portugueses que haviam ido para a guerra (entre os quais um meio-irmão de Francisco) e eles, enquanto apascentavam o seu gado, rezavam o terço do rosário (tema de que trataremos a seguir). Cerca da 1.30 de tarde viram uma série de relâmpagos e, temendo uma trovoada, começaram a juntar o rebanho. Foi então que acima de uma azinheira que ali havia viram uma Senhora "mais brilhante do que o sol". Lúcia, a mais velha, que se havia de revelar líder do pequeno grupo, perguntou-lhe: "De onde é Vossemecê?" ao que a *Senhora* respondeu que "era do céu". Lúcia perguntou-lhe se eles também iriam para o céu e a *Senhora* disse-lhes que sim, mas que Francisco teria de "rezar ainda as suas continhas". Perguntou-lhes em seguida se estavam dispostos a aceitar os sofrimentos que Deus lhes mandasse pela conversão dos pecadores e Lúcia respondeu-lhe que sim. A *Senhora* recomendou-lhes então que rezassem todos os dias o terço, pedindo a Deus o fim da guerra, e que viessem àquele local nos dias 13 de seis meses seguidos, e que então lhes diria quem era. E desapareceu.



A casa de Lúcia

As crianças combinaram entre si não dizerem a ninguém nada do que se passara, mas Jacinta, a mais pequenita e mais faladora não se conteve e, identificando a figura que lhe aparecera com Nossa Senhora, contou tudo aos pais. Este mostraram-se duvidosos mas não os hostilizaram; já a mãe e os irmãos de Lúcia se mostraram mais bruscos para com ela, tentando convencê-la a negar tudo e persuadi-la a não comparecer ao encontro seguinte.



Os pais de Francisco e Jacinta

À visão de 13 de Junho compareceram já umas 60 pessoas das vizinhanças, que ficaram desiludidas por nada verem. Haviam rezado o terço com as criancinhas e queriam recitar ainda a *ladainha lauretana* (em que o povo responde "orai por nós" a cada um dos epítetos da Virgem propostas por quem dirige a oração: "torre de marfim", "porta do céu", espelho da justiça", "arca da aliança", etc.); mas Lúcia opusera-se por estar já na hora de a *Senhora* se manifestar. A *Senhora* mostrou-se-lhes, de facto, e repetiu-lhes aproximadamente o que dissera da primeira vez, acrescentando a recomendação de que fossem à escola e aprendessem a ler; e à pergunta de Lúcia "se iriam todos para o céu" respondeu pela afirmativa, explicando contudo que Francisco e Jacinta iriam em breve, ao passo que Lúcia ficaria cá mais algum tempo, "pois queria servir-se dela para que a tornasse conhecida e amada". De facto, Francisco faleceria em Abril de 1919 e Jacinta um ano depois, ao passo que Lúcia viveria até aos 98 anos de idade, vindo a morrer apenas em 2005. Lúcia escreveria mais tarde que nessa ocasião "a celeste Mensageira abrindo os braços com um gesto de maternal proteção nos envolveu no reflexo da luz do imenso ser de Deus"; e que essa experiência os invadiu de serenidade.

É a partir desta visão que a personalidade de Francisco se revela como a mais curiosa do grupo, recordando, pela sua simplicidade, ingenuidade e bonomia, a de МЫШКИН, o príncipe Мышкин, célebre personagem d' *O Idiota* de Dostoevskij. Segundo Lúcia, após aquela visão Francisco comentara: "do que gostei mais foi de ver Nosso Senhor naquela luz que Nossa Senhora nos meteu no peito; gosto tanto de Deus..." Confidenciara-lhe igualmente que o que o mais impressionava era Deus, a Santíssima Trindade "nessa luz imensa que nos penetrava no mais íntimo da alma... Que a gente nunca pode dizer". Informado pela prima de que a *Senhora* (a quem via mas não ouvia) anunciara que em breve iria para o céu, sentia-se feliz; e a um rapaz que, expulso de casa pelo pai, lhe pedia que rezasse para que este o recebesse, respondeu: "não te preocupes; eu vou em breve para o céu e lá peço a Nosso Senhor que o teu pai de perdoe e te receba" — e assim sucedeu, de facto. Côncio de que ia em breve deixar este mundo achou que não valia a pena aprender a ler, e jamais foi à escola. Falava pouco, e era em segredo, escondido entre as brenhas, que rezava e fazia os sacrifícios que a *Senhora* lhes pedira, para que o não vissem. De grande sensibilidade, quando lhe pediam para orar por um doente prometia rezar em casa, mas abstinha-se de o visitar, pois não suportava ver ninguém sofrer. Muito amigo dos animais, migava sempre uma parte do pão do seu farnel para a dar aos passarinhos; e uma vez deu das suas economias um vintém a um rapaz para que soltasse uma avezita que tinha agarrado. Vítima da epidemia de gripe pneumónica, ou gripe espanhola — na realidade provinda dos Estados Unidos e introduzida na Europa durante a guerra pelas tropas americanas — que ceifou 50 a 100 milhões de vidas em todo o mundo, veio a morrer em Abril de 1919, ano e meio apenas após as visões que tivera em Fátima.

A terceira visão, num dia tórrido de Julho, foi dramática. Acossada pela mãe e pelo pároco, que insistiam em que tudo aquilo não passava de uma ilusão diabólica, Lúcia decidira não comparecer, e a mãe, deixando-a só em casa, foi participar ao padrecura a sua decisão. Demoveram-na porém a insistência de Francisco e as lágrimas de Jacinta, e lá foi. Pediu à *Senhora* que lhes dissesse quem era e que fizesse um milagre para que todos acreditassem — o que ela prometeu mas reservou para o último colóquio, em Outubro. Dias depois começou, porém, a correr o rumor de que a *Senhora* lhes revelara um segredo e lhes ensinara uma oração. A oração, de que voltaremos a falar, circulou logo a partir de Setembro, mas o *segredo* (a visão do inferno), apenas consta da *Quarta Memória* de Lúcia, datada de 1941. Francisco, que nada ouvia, pediu nessa ocasião à prima que se não dispersasse em pormenores, mas se centrasse no essencial: "Deus quer salvar o mundo".

Foi então que entrou em cena o administrador do concelho, que exigiu que as crianças fossem a Ourém depor e lhe revelassem o segredo. Francisco e Jacinta recusaram ir, pedindo ao pai que fosse ele, pretextando que em casa tinham apenas um burro. Lúcia foi com o seu pai, mas não cedeu às ameaças do administrador que exigia que lhe revelasse quem ensaiara e encenara toda aquela cena. Ameaçou fazê-la falar, nem que tivesse de a matar, e proibiu-os de tornar à Cova da Iria; mas Lúcia não lhe deu sequer resposta.

Foi na seqüência deste interrogatório gorado que o administrador decidiu evitar o encontro com a *Senhora* marcado para 13 de Agosto, para o que resolveu prender as três crianças, atraindo-as, com a conivência do pároco e da mãe de Lúcia, à casa paroquial, pois Francisco e Jacinta haviam declarado peremptoriamente quando ele os fora procurar a casa: "com vossemecê, nós não vamos". Como os pastorinhos recusassem revelar-lhe o segredo, Artur Santos deu mostras de desistir, e ofereceu-se para os levar de carro à Cova da Iria, o que os encantou; mas na realidade deu com o carro uma reviravolta e levou-os a casa de uma bruxa, que tentou sacar-lhes o segredo, prometendo que a *Senhora* não deixaria de voltar a visitá-los se lho revelassem. Jacinta,

porém, retorquiui-lhe: "se a senhora conhece tão bem Nossa Senhora, porque é que ela lhe não conta o segredo?". O administrador, esgotada a sua paciência, acabou então por levar para a prisão as três crianças. O resultado foi terem estas posto todos os presos de joelhos a rezar em coro, após terem tocado harmónio, cantado e dançado juntos... Dois dias depois, ameaçando fritá-las em azeite quente, mete-as numa casa escura; mas elas permanecem inamovíveis, perante o que Artur Santos não teve outro remédio senão entregá-las ao pároco, enquanto o pai de Jacinta e Francisco acalmava o povo furibundo.

Foi a 19 de Agosto, com o administrador já regressado a Ourém, que se produziu a visita da *Senhora*, desta vez nos Valinhos e não na Cova da Iria. Promete-lhes que o irmão de Jacinta e Francisco voltará da guerra são e salvo, e recomenda-lhes que entreguem na casa paroquial o dinheiro que lhes haviam começado a dar. Como das outras vezes, Francisco nada ouve, mas deleita-se com o "cheiro de Deus" ou "perfume do céu" que se evola da terra.

Informado do que sucedera o administrador equaciona a possibilidade de vedar no mês seguinte o acesso à Cova, mas acaba por deixar a sua intervenção para Outubro. Como outrora a de Pôncio Pilatos, a sua mulher aconselha-lhe circunspeção. Desta vez Lúcia limita-se a pedir à *Senhora* saúde para alguns doentes; em contrapartida, ela pede que lhe ergam ali uma capela e promete grandes coisas para o mês seguinte.

Como adiantámos já, em Outubro acorre à Cova da Iria uma multidão, indiferente aos cavalos da Guarda Nacional Republicana que o administrador para ali fizera destacar. É então que é presenciado por todos — inclusive alguns jornalistas ateus e até o cura da paróquia que, perplexo, se deixara ficar em casa — o chamado *milagre do sol*: quando a chuva parou, à ordem de Lúcia para fecharem os guarda-chuvas, viu-se no meio de uma abertura que se produzira nas nuvens, o sol rodopiar, aproximar-se da terra para se afastar de novo, mudando na sua dança constantemente de cor.



Espectadores do "milagre do sol" (13.X.1917)

Trata-se, evidentemente, de uma espécie de alucinação coletiva, pois se o sol tivesse realmente mudado de lugar ter-se-ia desconjuntado a máquina do mundo; a confirmá-lo está o facto de o fenómeno ter sido observado por pessoas muito distantes, ao passo que alguns dos presentes nada viram. Mas constituiu para quantos o puderam enxergar o sinal da sinceridade das três crianças, que Lúcia pedira à *Senhora* — que finalmente lhes revelou ser "a Senhora do Rosário" e lhes anunciou que a guerra terminaria em breve.

Aparições, visões e revelações

Os fenómenos de 1917 em Fátima são geralmente referidos como "aparições de nossa Senhora", mas, como nota o bispo católico D. Carlos Moreira Azevedo — de cuja

obra *Fátima: Das visões dos Pastorinhos à Visão Cristã*, retirámos muita da informação que aqui utilizamos — essa expressão não é adequada. Na realidade, se a Virgem Maria tivesse realmente *aparecido*, toda a gente a teria visto. Ora foram apenas três crianças que a viram, e destas três uma, Francisco, jamais a ouviu, embora a visse conversar com a irmã e com a prima. O termo mais adequado é o que utiliza aquele prelado: *visões*. Trata-se de facto de algo de subjetivo, filtrado pela personalidade, pela cultura (ou incultura) dos videntes, pela sua formação religiosa, sincera mas limitada, e pela sua mentalidade de crianças, para mais analfabetas. As visões aproximam-se com efeito muito do fenómeno do *sonho lúcido*, descrito em começos do século XIX pelo Abade Faria, um célebre sacerdote goês — independentemente da discussão acerca da medida em que são queridas, consentidas ou apenas toleradas por Deus, que voltaremos a aflorar.

Embora nenhuma das três crianças soubesse então ler, a mãe de Lúcia lia-lhe por vezes passos de uma obra então muito popular, cognominada "a Bíblia das aldeias", a *Missão Abreviada* do P^e Manuel José Gonçalves Couto, que dava muita importância às visões, narrando em pormenor as que haviam tido lugar em La Salette, França, em 1846. Lúcia veio porém a declarar que essa leitura pouco a impressionou.

O cardeal Joseph Ratzinger, reputado teólogo católico que se tornaria o papa Bento XVI, define claramente esse tipo de visões:

É claro que nas visões de Lourdes, de Fátima, etc., não se trata da percepção externa normal dos sentidos: as imagens e as figuras vistas não se encontram fora, no espaço circundante, como está lá por exemplo uma árvore ou uma casa. Isso é bem evidente, por exemplo, no caso da visão do inferno (descrita na primeira parte do 'segredo' de Fátima) ou então da visão descrita na terceira parte do 'segredo', mas pode-se facilmente comprovar noutras visões, sobretudo porque não eram captadas por todos os presentes, mas apenas pelos 'videntes'. De igual modo é claro que não se trata de uma 'visão' intelectual sem imagens, como acontece nos altos graus da mística. Trata-se portanto de uma categoria intermédia, a percepção interior que, para o vidente, tem uma força de presença tal que equivale à manifestação externa sensível.

Também o cardeal Roger Etchegaray (1922-2019) teve o cuidado de acentuar que a crença na realidade das aparições marianas não faz parte do depósito da fé:

Nenhum cristão é em consciência obrigado a crer numa aparição, mesmo oficialmente reconhecida. A Igreja não cauciona nunca os *videntes*, mas os *crentes*: reconhece os lugares de peregrinação e de renovação da fé, mas não se pronuncia senão muito raramente sobre a autenticidade das aparições que lhes deram lugar.

É por essa razão que os videntes que foram canonizados o não foram por causa das visões que tiveram, mas pela santidade da vida exemplar que levaram.

Menos adequado ainda é o termo *revelação*, pelo menos sem qualificativos. É consenso unânime de todas as igrejas cristãs que a Revelação ficou encerrada, cerca do ano 100 da nossa era, com a morte de S. João Evangelista, última testemunha da vida, morte e ressurreição do Verbo Encarnado em quem o Padre Eterno se revela aos homens. Embora, com toda a probabilidade, não tenha sido o último a ser redigido, o *Apocalipse* de S. João é tradicionalmente considerado como o último dos livros do cânon bíblico, de que, de facto, na ordem lógica constitui o fecho. A Igreja reconhece a autoridade doutrinária dos Santos Padres, sem que contudo nenhum de per si goze de inerrância ou infalibilidade e possa em consequência deter uma autoridade idêntica à da Sagrada Escritura; é por isso essencialmente o seu *consenso* que constitui a Tradição da Igreja e disfruta nela de força normativa.

Se alguns santos tiveram por vezes visões, estas podem ter desempenhado na sua caminhada espiritual um papel positivo, mas não constituem para nós nem uma norma

nem um exemplo. Aliás na primitiva Igreja, se a alguns se reconhecia um carisma profético, que lhes fazia gozar de uma particular estima, as visões e revelações particulares não eram especialmente apreciadas; e já antes de finais do século I a *Didakhê* alertava os fiéis contra o perigo dos falsos profetas.

Atribuem-se Padres do Deserto numerosas visões, umas de anjos ou de demónios ou de cousas que se passavam em lugares distantes, outras simbólicas; mas não viam, em geral, a Deus, senão só sob a forma de luz sem forma, nem aos santos; há mesmo um apoftegma ou sentença de um dos anciãos do deserto de Skêtê que recomenda a quem, estando em oração, vir Cristo, a Virgem Maria ou algum dos Santos, trace sobre a visão o sinal da cruz, pois pode tratar-se de uma ilusão diabólica. Embora a igreja católica, pouco a pouco, se tenha mostrado gradualmente mais aberta ou, se preferirmos, mais crédula em relação a visões e revelações particulares, aquela doutrina jamais caiu no esquecimento; foi por isso que após as primeiras duas visões na Cova da Iria o pároco de Fátima, secundado pela mãe de Lúcia, a tentou persuadir de que tudo não era mais que uma tentação diabólica. Isso causou-lhe horríveis pesadelos e um tal mal estar que a 13 de Julho decidiu não comparecer ao encontro aprazado na Cova da Iria; e disse aos primos: "ide vós e dizei à *Senhora* que tenho medo que seja o demónio". Nos últimos minutos, porém, animada por Francisco e Jacinta, cobrou coragem e foi-se-lhes juntar.

Na antiguidade cristã, as *mariofanias* ou visões de Maria contam-se pelos dedos da mão: o papa Libério (r. 352-362) e um casal de patrícios romanos sem descendência terão visto em sonhos a Virgem Maria pedir-lhes que lhe edificassem uma basílica — que ficou conhecida como Santa Maria Maior — no terreno que lhes assinalaria por uma queda de neve em pleno mês de Agosto; e S. Ildefonso de Toledo (607-667) terá recebido uma visita da Santíssima Virgem, a agradecer-lhe o tratado *Da perpétua virgindade de Santa Maria contra três infieis*, que lhe dedicara; mas esta história apenas aparece numa *Vida* sua, redigida sob o domínio muçulmano, uns três séculos após a sua morte.

De qualquer modo a multiplicação das *mariofanias* é um fenómeno recente, pois embora se citem algumas dezenas delas ao longo dos tempos, apenas umas dez são anteriores ao século XVI, ao passo que 67 tiveram lugar após o século XVIII. As visões vieram em certos círculos a ser tidas por algo de normal, e recorda-nos ter ouvido ao diretor espiritual de um seminário católico perguntar aos jovens seminaristas se tinham tido alguma, pois considerava natural que a jovens puros e devotos Deus, a Santíssima Virgem ou os santos se manifestassem por meio de visões.

Algumas mariofanias foram condenadas como fraudulentas pelas autoridades eclesiásticas, que, no entanto, na maioria dos casos não tomaram posição; segundo uma contagem não oficial, apenas 18 (todas datadas dos séculos XIX-XX à exceção das três primeiras) foram aprovadas pela igreja católica romana, 5 pela igreja copta do Egito e 3 pela igreja anglicana. Na igreja ortodoxa conhecem-se tão somente casos de aparições da Virgem Deípara em sonhos a alguns devotos, revelando o paradeiro de ícones perdidos ou escondidos. O mais célebre é o da jovem Matrona Onuchina, que após o incêndio de Kazan em 1579 teve uma revelação do local onde se achava o venerado ícone da *Казанская Богоматерь* ou Madre-Deus de Kazan, protetora da Rússia. Na Grécia é célebre o santuário da *Panaghía Evaghelístría* ou Senhora da Anunciação na ilha de Tinos, onde se venera um ícone descoberto em 1823 na seqüência de um sonho da monja Pelágia — o que foi interpretado como uma premonição de que estava para breve a libertação da Grécia do jugo turco, que de facto veio a ter lugar sete anos mais tarde.

Como foi já notado, nomeadamente pelo arquiandrita Plácido Deseille num dos seus opúsculos, enquanto na igreja católica a teologia académica assumia a partir do século XIII um carácter cada vez mais especulativo, discursivo e intelectualista, os místicos e espirituais do Ocidente permaneciam em geral mais fiéis à tradição comum da

antiga Igreja e, por conseguinte, mais próximos do espírito dos Padres e dos pontos de vista ortodoxos.

Não é, por isso de estranhar que o carmelita S. João da Cruz (1542-91), ao lado de S. Teresa de Ávila (1515-82), com quem colaborou estreitamente na reforma da ordem do Carmelo, o grande mestre espanhol de espiritualidade, assuma nesta matéria uma posição que nas suas grandes linhas coincide com a dos espirituais de antanho. A sua obra em prosa é em boa parte constituída pelo comentário e explicação dos seus próprios poemas, nomeadamente do *Cântico Espiritual*, que constitui uma espécie de glosa ao *Cântico dos Cânticos* do Antigo Testamento — tradicionalmente interpretado pela tradição da Igreja como um diálogo de amor entre Deus e uma alma. Das obras em prosa a mais completa e sistemática é a *Subida do Monte Carmelo*, em que repetidamente discorre sobre visões e revelações acentuando o seu papel negativo na vida espiritual. Tal como na *Vida de Moisés* de S. Gregório de Nissa, o progresso da alma em direção a Deus é simbolicamente apresentado como a subida de uma montanha, neste caso o Sinai, naquele o Carmelo, na Judeia, onde se originou a ordem carmelita.

A nosso ver o texto mais significativo, e ao mesmo tempo o mais belo, é o passo da *Subida do Monte Carmelo* (II, xxii, 5) que traduzimos seguidamente: após notar que o Antigo Testamento contém inúmeros exemplos de aparições e revelações de Deus às mais diversas personagens, explica que, então, tais visões eram ainda necessárias, pois Deus não se revelara em plenitude no seu Cristo, o que foi inteiramente ultrapassado com a encarnação do Verbo:

Aquele que agora quisesse perguntar algo a Deus, ou querer d'Ele alguma visão ou revelação, não só obraria como néscio como faria agravo a Deus, não pondo os olhos totalmente em Cristo, sem querer outra cousa ou novidade. Porque lhe poderia responder Deus desta maneira, dizendo "Se tenho já ditas todas as cousas na minha Palavra, que é o meu Filho, e não tenho outra, que te posso agora responder ou revelar que seja mais do que isso? Põe os olhos somente em Ele, porque em Ele te disse e revelei já tudo, e acharás em Ele ainda mais do que pedes e desejas. Porque tu pedes locuções e revelações em parte e, se pões em Ele os olhos, achá-las-ás no todo, porque Ele é toda a minha locução e resposta, e é toda a minha visão e toda a minha revelação; o qual vos tenho já falado, respondido, manifestado e revelado, dando-vo-Lo por irmão, companheiro e mestre, preço e prémio. (...). Ouvi-o a Ele, porque não tenho mais fé a revelar, nem mais coisas a manifestar. (...). Não acharás nada a pedir-me, nem que desejar, de revelações ou visões da minha parte. Olha-O tu bem e ali acharás, já feito e dado em Ele, tudo isso e muito mais.

Noutros passos da mesma obra explica o mesmo mestre espiritual que não há mais artigos de fé para além dos revelados à Igreja; por isso quando se fala de *revelações* feitas a uma alma, deve entender-se que se trata meramente do dom de descobrir e assimilar a verdade através do entendimento. Este ensinamento é substancialmente idêntico ao dos teólogos ortodoxos: pela revelação *pneumática*, ou seja, do Espírito Santo, a alma dilata-se e, na caridade que a une a Deus e ao próximo, torna-se capaz de acolher e incorporar a revelação *lógica*, ou seja, do Logos ou Verbo de Deus, que se contém nas Escrituras e de que a Igreja é depositária.

Mais ensina nas suas obras o mesmo carmelita que o demónio folga muito, quando uma alma quer admitir revelações especiais e está inclinada a elas; e que, mesmo no caso das que provêm de Deus pode o homem equivocar-se ao interpretá-las, como sucedeu aos discípulos de Emaús, que imaginavam que o Reino de Deus, de que lhes falara Jesus, era um poder político e temporal. De qualquer modo essas revelações não podem ser um meio para a *união*, pois não há qualquer proporção entre elas e Deus; terá sido, entre outras razões, por isso que não quis Jesus que Madalena nem Tomé tocassem no seu corpo glorioso: o autêntico conhecimento de Deus jaz sempre muito para além de qualquer experiência sensível, ou mesmo cognitiva. Por isso se não devem

pedir nem desejar quaisquer revelações, com o que fica a alma segura, ciente de que todas juntas não valem tanto como o menor ato de humildade.

Quanto às visões, há que aplicar-lhes sempre o que os antigos padres chamavam *diákrisis*, ou "discernimento dos espíritos", pois podem ser ilusórias, o que ao cabo sempre se conhece pelos seus efeitos, pois as que vêm do demónio causam alvoroço, secura de espírito e vaidade. Em qualquer dos casos, não são da vontade de Deus e apenas aproveitam para a fé quando quem as experimenta é capaz de superar o que nelas há de sensível e mesmo de inteligível; por isso deve a alma humilde resistir-lhes com tanta força e cuidado como às mais perigosas tentações. O mestre João da Cruz observa ainda que muitas almas não progridem na vida espiritual pois permanecem presas a formas sensíveis como as visões ou inteligíveis como as revelações, sem serem capazes de renunciar às consolações que proporcionam, nem de as trocar pela busca de Deus na pura nudez do espírito.

Os modernos teólogos católicos, conquanto se exprimam em geral em termos menos austeros, não professam uma doutrina substancialmente diferente: a revelação privada é um auxílio para a fé na medida em que conduz à única Revelação. Usando uma linguagem influenciada pela Escolástica, que procura tudo reduzir a dicotomias e distinções claras, o cardeal Próspero Lambertini (1675-1758), futuro papa Bento XIV (r. 1740-58) separa nitidamente as *revelações privadas*, mesmo aprovadas pela hierarquia, da *única revelação pública*, afirmando acerca das primeiras: "a tais revelações aprovadas não é devida uma adesão de fé católica, nem isso é possível. Essas revelações requerem antes uma adesão de fé humana ditada pelas regras da prudência, que no-las apresentam como prováveis e religiosamente credíveis". E o cardeal Ratzinger, futuro papa Bento XVI (r. 2005-13): "a autoridade das revelações privadas é essencialmente diferente da única revelação pública: esta exige a nossa fé; de facto nela é o próprio Deus que nos fala por meio de palavras humanas e da mediação da comunidade viva da Igreja. A fé em Deus e na sua Palavra é distinta de qualquer outra fé, crença ou opinião humana (...); uma certeza assim não se pode verificar em mais nenhuma forma humana de conhecimento".

Dentro destes princípios, conforme na análise crítica que fez das visões de Fátima sintetiza o jesuíta flamengo Edouard Dhanis, a aprovação dada pela igreja católica a quaisquer visões nem atesta a sua autenticidade nem obriga quem quer que seja a acreditar nelas. Significa apenas: em primeiro lugar, que nada há nelas de contrário à fé e aos costumes; segundo, que é lícito divulgá-las e torná-las públicas; terceiro, que os fiéis católicos ficam autorizados a aceitá-las e a associar-se ao seu culto.

A aprovação das autoridades eclesiásticas aos fenómenos registados em Fátima em 1917, foi lenta. Sobretudo o pároco de Fátima, a que aludimos já, mostrou-se extremamente reservado, senão hostil; desejoso de manter as boas relações com as autoridades republicanas, colaborou com o administrador do concelho, Artur de Oliveira Santos, chamando os pastorinhos a sua casa para que ele aí os pudesse prender e assim impedir de comparecer ao encontro com a *Senhora* marcado para 13 de Agosto na Cova da Iria. E um pouco mais tarde, sentindo-se incapaz de lidar com uma situação que o ultrapassava, pediu para ser transferido para outra paróquia. O cardeal D. António Mendes Belo, patriarca de Lisboa de 1907 a 1929 — de cuja diocese dependeu Fátima desde a supressão da de Leiria em 1881 até à sua restauração em 1918 — jamais se deslocou a Fátima nem se interessou pelas visões. No momento em que estas tiveram lugar o patriarca permanecia aliás no exílio a que o condenara o governo republicano; foi D. João Evangelista de Lima Vidal, governador do patriarcado na sua ausência, que, após ter sido avisado dos acontecimentos por um ofício do pároco de Fátima, ordenou a este e aos vigários de Ourém e Porto de Mós que abrissem um inquérito, que apenas foi concluído em 1919.

Foi nesse ano que, a pedido da população local e com a concordância do pai de Lúcia, proprietário dos terrenos, foi autorizada pelo patriarcado a construção de uma minúscula capela, a chamada "Capelinha das Aparições", que os republicanos dinamitaram em 1922 mas foi prontamente reconstruída.

O primeiro eclesiástico a interessar-se por Fátima foi o Pe Dr. Manuel Nunes Formigão, que movido pela curiosidade se deslocara à Cova da Iria a 13 de Setembro de 1917. O que aí viu não o entusiasmou; mas dias depois regressou para entrevistar as três crianças e ficou sensibilizado com a sua simplicidade e com a sua sinceridade, acabando por se tornar um propagandista de Fátima, sobre que escreveu vários artigos e dois livros, publicados sob o pseudónimo de Visconde de Montelo: *Os episódios maravilhosos de Fátima*, em 1921 e *Os acontecimentos de Fátima*, em 1923.



O Dr. Formigão, primeiro "apóstolo de Fátima"

Quanto ao primeiro bispo (1920-57) da diocese de Leiria restaurada, D. José Alves Correia da Silva, escolhido após uma série de consultas e hesitações, foi em Roma que pela primeira vez ouviu falar de Fátima, o que de momento considerou "uma grande dor de cabeça"; no entanto após o seu encontro com o Dr. Formigão autorizou a celebração de uma missa campal na Cova da Iria, a 13 de Outubro de 1921, ordenou a compra dos terrenos circundantes aos seus proprietários a fim de instalar o santuário, iniciou em 1922 a publicação do mensário *A Voz de Fátima*, deu início à construção de um hospital em 1924 e aprovou os primeiros cânticos a serem entoados durante as peregrinações.

Os outros bispos portugueses apenas começaram a visitar Fátima em 1926, ano em que aí compareceu também o núncio apostólico em Lisboa, Monsenhor Nicotra.

Quanto a Roma, apenas interveio em 1927, autorizando provisoriamente, durante cinco anos, que em Fátima se pudesse celebrar livremente a missa em honra de *Nossa Senhora do Rosário*, cuja festa, a 7 de Outubro, fora incluída no calendário católico pelo papa Pio V (r. 1566-72), na seqüência da vitória da *Santa Liga*, por ele inspirada, sobre os turcos na batalha naval de Lepanto, a 7.X.1571, atribuída ao cerco que nesses dias puseram ao céu as Confrarias do Rosário organizadas pelo dominicanos. Em 1956 Fátima foi pela primeira vez visitada por um legado papal, o cardeal Angelo Roncalli, futuro papa João XXIII (r. 1958-63). O primeiro papa a visitar pessoalmente o santuário foi Paulo VI (r. 1963-78), a 13 de Maio de 1967, cinqüentenário das visões dos pastorinhos.

Paradoxalmente, quem popularizou Fátima foi sobretudo a imprensa republicana, jacobina e anticlerical, à força de atacar as visões, os videntes e o clero que supostamente teria inspirado aqueles. Os artigos sucederam-se após o chamado *milagre do sol*, que, ao contrário das visões da *Senhora*, limitadas aos três videntes, foi testemunhado por milhares de pessoas. Em geral a tecla em que mais batiam era a da ignorância do povo, terreno em que facilmente medra a "cultura da credice e do fanatismo", que o clero explora; mas há também quem prefira uma interpretação psicológica, tudo atribuindo a uma alucinação coletiva, e ainda quem pretenda que por detrás de tudo o que se passou em Fátima jaz uma operação de especulação financeira, montada pelo clero. Houve quem imputasse tudo a uma conspiração dos jesuítas, que embora expulsos pela terceira vez de Portugal em 1910, manejariam do estrangeiro os cordelinhos de todas as figuras em cena.

Houve mesmo quem, cavilosamente, inventasse uma história, que disse ouvida da boca de um psiquiatra, que por seu turno a teria escutado de um sacerdote que lhe confidenciara ter assistido a um diálogo entre o pároco de Fátima e outros dois padres: queixando-se o primeiro de que Fátima lhe não rendia nada, um dos outros dois sugerira-lhe que fizesse da sua paróquia uma segunda Lourdes, "provocando uma aparição". E assim se atribuía a invenção de tudo a um padre que jamais se interessou por visões nem por videntes, antes colaborando com as autoridades civis na prisão destes...

A imprensa anticlerical chegou inclusivamente a atacar a reportagem dos fenómenos de 13 de Outubro publicada no jornal republicano *O Século* pelo jornalista Avelino de Almeida, que não era crente, ilustrada com fotografias do fotógrafo judeu Ruah, que se haviam limitado a observar as reações visíveis dos videntes e dos circunstantes, e a fotografar o semblante dos presentes, sem nada mais opinar.

Houve também quem desde logo procurasse explicar os fenómenos de Fátima pela parapsicologia; e mais tarde, quem visse neles uma visita de extraterrestres ao nosso planeta...

Quanto à imprensa católica, manteve-se de início muito dividida, aderindo uns incondicionalmente ao milagre, mas manifestando outros certas dúvidas, ou pelo menos, uma reserva prudente. Foi muito discutido o artigo publicado no semanário católico *A Ordem* pelo Dr. Domingos Pinto Coelho, presente em Fátima a 13 de Outubro, que terminava assim:

... estabelece-se nas multidões uma psicologia coletiva. E na sua generalidade sobre aquela multidão perpassava uma grande onda de fé, que fortemente comovia.

A atitude predominante nos meios cultos foi a de expectativa, assim sintetizada pelo erudito Pe. José de Castro num ulterior número de *A Ordem*: "só factos posteriores podem autorizar o sobrenatural".

Fátima e a Rússia

Tem-se por vezes afirmado que Fátima é anti-ortodoxa, com base no facto de a partir de certo momento a Irmã Lúcia, e na sua esteira os propagandistas de Fátima dentro e fora de Portugal, começarem a insistir no tema da *conversão da Rússia* — país que, como é bem sabido, menos de um mês após a última visão dos pastorinhos na Cova da Iria, sofrera a revolução bolchevista. Alguns ortodoxos pensam que se trataria da conversão da Rússia *ao catolicismo*, e daí a sua aversão a Fátima. Como veremos, salvo raras exceções, não foi essa a interpretação que na igreja católica se atribuiu à expressão, que foi quase sempre entendida no sentido de conversão do materialismo militante e ateu à fé e à religião.

Foi apenas em 1929, doze anos após a revolução, que o tema veio a lume. Lúcia, que professara numa congregação religiosa e residia num convento em Tui, na Galiza, teve na noite de 13 de Junho desse ano, durante uma adoração noturna, uma estranha visão, em que distinguiu uma cruz luminosa, acima dela um rosto humano e um corpo apenas visível da cintura para cima, com uma pomba de luz sobre o peito, distinto do corpo do Crucificado que pendia da cruz; e terá entrevisto a Virgem Maria, sob o braço esquerdo da cruz, acompanhada da Santíssima Trindade. Da chaga do peito do Crucificado brotavam gotas de sangue, que caíam sobre uma hóstia grande e um cálice, que permaneciam suspensos no ar; e do braço esquerdo da cruz tombavam gotas de água cristalina que traçavam sobre o altar da capela os dizeres "Graça e Misericórdia". Terá sido durante essa visão que a Santíssima Virgem lhe terá recomendado a consagração da Rússia ao seu imaculado coração e a devoção dos cinco primeiros sábados, de que falaremos a seguir. Em Agosto de 1931 e em Maio de 1936 ter-lhe-á aparecido o próprio Cristo a insistir na mesma ideia.

Lúcia recordou-se então de que já durante a terceira visão que tivera na Cova da Iria, a 13 de Julho de 1917, a *Senhora* se referira à Rússia, e registou esse facto na sua *Quarta Memória*, divulgada em 1941. Como nesse tempo não tinha ainda ouvido falar da Rússia, cuidou inicialmente que a *Senhora* se referia à Ruça, nome da burra do seu tio Joaquim; mas refletindo na impossibilidade de uma burra se converter à fé, concluiu que se deveria tratar de qualquer mulher muito má. Foi em 1937, portanto após as visões de 1929, 1931 e 1936 e num momento em que estava já a par da situação na Rússia, que, por conduto do bispo de Leiria, que aceitou servir de intermediário, fez chegar ao papa o seu pedido de que procedesse rapidamente à *Consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria*; e a 2 de Dezembro de 1940 escreveu pessoalmente ao papa Pio XII a renovar o pedido. Entretanto, em 1939, perante as suas insistências, o bispo de Leiria, D. José Correia da Silva, autorizara a devoção "dos cinco primeiros sábados", que consistia em comungar por aquela intenção no primeiro sábado de cada mês, durante cinco meses seguidos. Esta devoção parece ser uma adaptação da das "nove primeiras sextas-feiras", recomendada no século XVII pela vidente francesa Margarida Maria Alacoque, a impulsionadora da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, que surgira no seio da igreja anglicana no século precedente, mas não era praticada na igreja católica romana. A ideia da *consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria* tinha também como precedente a da *consagração da França ao Sagrado Coração de Jesus* que a vidente francesa decidira em 1689 pedir ao rei Luís XIV, mas jamais chegou a ter efeito.

A devoção dos cinco primeiros sábados, como a das nove primeiras sextas-feiras, faziam sentido naqueles tempos em que na igreja católica, como aliás também na ortodoxa, a comunhão dos fiéis se tornara rara. Era um convite a fazê-la com maior freqüência. Entretanto, porém, tanto entre os ortodoxos como entre os católicos, foram-

se elevando cada vez mais vozes em favor da comunhão freqüente, que hoje se espalhou por toda a parte, de modo que aquelas devoções perderam muito do seu sentido. Seja como for, desde que não fossem encaradas como fórmulas mágicas para obter o que quer que fosse, nada tinham de reprovável.

Já a questão da *conversão da Rússia* e sobretudo a da sua *consagração*, puseram difíceis problemas ao papado, pois foram desde logo politizados no contexto da Segunda Guerra Mundial, que estalara em 1939. Na chamada *Mensagem de Fátima*, que tomara entretanto a sua forma definitiva, a Rússia aparecia como uma espécie de sucedâneo da Babilónia do Apocalipse, fatora de todos os males; segundo Lúcia, a *Senhora* afirmara-lhe:

A guerra [de 1914-18] vai acabar, mas se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio XI começará outra peor. Quando virdes uma noite alumiada por uma luz desconhecida, sabeis que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo de seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre. Para a impedir virei pedir a consagração da Rússia a meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a meus pedidos a Rússia se converterá e terão paz; se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja, os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas. Por fim o meu Imaculado Coração triunfará. O Santo Padre consagrar-me-á a Rússia, que se converterá, e será concedido ao mundo algum tempo de paz.

Deixamos para mais tarde a análise dos conceitos teológicos, assaz discutíveis, subjacentes a este texto e à *Mensagem de Fátima* em geral. Basta notarmos desde já, que embora a Rússia fosse apresentada como madre e origem de todos os males, na guerra de 1939-45 não foi ela a agressora, pois foi a Alemanha de Hitler, secundada pela Itália de Mussolini, quem a invadiu. Foi nesse contexto que em 1942, numa mensagem radiodifundida, Pio XII, aludiu pela primeira vez à relação entre as visões de Fátima e a Rússia. A sua intervenção suscitou reações desencontradas, consoante as posições políticas. O arcebispo de Westminster, primaz da igreja católica da Inglaterra, país aliado da Rússia, viu aí um anúncio da "defesa heroica da sua pátria pelo povo russo diante das forças invasoras". Já o cardeal Alfredo Ildefonso Schuster (1880-1954), arcebispo de Milão desde 1929, embora se tivesse distanciado do fascismo a partir da promulgação das leis racistas italianas de 1938, não deixou de se mostrar complacente para com o regímen fascista, que optara por alinhar com o nazista: parecendo sonhar com uma vitória militar do Eixo, que seria ao mesmo tempo uma vitória do catolicismo, senão sobre a ortodoxia, pelo menos sobre o comunismo ateu, afirmou: "seria essa a mais bela e completa vitória do catolicismo romano sobre o bolchevismo..."

A Sé Romana optou por uma posição prudente: para evitar o aproveitamento político do "Segredo de Fátima" por qualquer das partes, autorizou a publicação do seu texto em Roma, mas numa forma corrigida, preparada pelo jesuíta português Luís Gonzaga da Fonseca de acordo com o embaixador de Portugal (que na guerra era neutro) na Santa Sé, Carneiro Pacheco, em que as referências à Rússia foram substituídas por uma alusão vaga a "uma propaganda ímpia"; e em vez de fazer a *consagração da Rússia fez a consagração do mundo* ao Imaculado Coração de Maria. Foi só em 1945, finda a guerra, que a censura foi levantada e pôde circular a versão original do texto. De qualquer modo o que sempre esteve em causa foi o ateísmo militante, sem que jamais se tenha levantado o problema da conversão da Rússia ao catolicismo.

Por conseguinte, afirmar-se que a *conversão* implicava necessariamente submissão a Roma é, como se costuma dizer em português, ser mais papista que o próprio papa...

Pio XII fizera já em 1942, sozinho — e não "em união com todos os bispos do mundo", como lhe pedira Lúcia — a consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria, aludindo vagamente à Rússia sem contudo a nomear. Lúcia "sentiu Cristo dizer-lhe" que dessa consagração viria o fim da guerra, mas não a conversão da Rússia; e continuou a insistir com o Papa para que fizesse como havia recomendado. Na sua "contribuição crítica sobre as aparições e o segredo de Fátima", publicada em flamengo em 1945, o jesuíta belga Edouard Dhanis afirma que o papa jamais poderia fazer tal consagração de um país que não estava sob a sua jurisdição mas sob a do patriarcado de Moscovo, pois constituiria ao mesmo tempo um desafio à igreja ortodoxa e à comunidade política marxista; emite, inclusivamente, dúvidas sobre a possibilidade de uma coisa tão irrealizável ter sido pedida do céu pela Virgem Maria.

Foi só em 1952, já no contexto da Guerra Fria, que Pio XII acedeu aos rogos da irmã Lúcia e consagrou explicitamente a Rússia ao Imaculado Coração de Maria; e dois anos depois deu instruções a todos os bispos católicos para repetirem nas suas dioceses a *consagração do mundo*. Esta foi repetida em 1964 por Paulo VI, mas sem mencionar a Rússia, pois a fim de ter dois observadores ortodoxos no concílio Vaticano II comprometera-se em 1962 a não condenar a Rússia nem atacar o comunismo em geral.

Entretanto o político democrata-cristão italiano Giorgio la Pira (1904-77) de tal modo se entusiasmou com o "mistério de Fátima", em que viu o prenúncio de uma nova era de paz e de renascimento cristão das nações, que em 1957 decidiu organizar uma peregrinação a Kiev, cidade com que promoveu a geminação de Florença, a cuja municipalidade presidiu de 1951 a 1957 e de 1961 a 1965.

Em 1982 Lúcia continuava a insistir para que se fizesse a *consagração da Rússia*, mas o papa João Paulo II, que nesse ano a 13 de Maio veio pela primeira vez a Fátima, limitou-se a repetir a *consagração do mundo*. No ano seguinte, numa entrevista com o núncio apostólico em Portugal e dois eclesiásticos portugueses, a vidente voltou a afirmar que a consagração não estava feita como devia. João Paulo II enviou então uma circular aos bispos católicos de todo o mundo, pedindo-lhes que em união com ele fizessem no dia 25 de Março, festa da Anunciação, a consagração do mundo; a imagem da Senhora da Fátima normalmente exposta à veneração do público na Capelinha das Aparições, na Cova da Iria, foi levada a Roma, e foi diante dela que o papa pronunciou a consagração, acrescentando, numa velada alusão à Rússia: "de modo especial Vos entregamos e consagramos aqueles homens e aquelas nações que desta entrega e desta consagração têm particularmente necessidade". E em 1989, finalmente, a irmã Lúcia deu-se por satisfeita; contudo, sacerdotes católicos houve que lançaram uma campanha para provarem que a consagração pedida não fora feita, e que Lúcia fora coagida a declarar o contrário.

Entretanto na América, que a partir do fim da 2ª Guerra Mundial e começo da Guerra Fria via na Rússia o seu arqu-inimigo, constituiu-se em 1946 uma associação piedosa intitulada *Exército Azul*, destinada a divulgar a *Mensagem de Fátima* e a obter de Deus a "conversão da Rússia" por meio da oração. Foi essa associação que construiu em Fátima, no edifício onde estabeleceu a sua sede, uma capela em estilo bizantino onde a liturgia começou a ser celebrada segundo o rito russo. Devido a essa relação que se havia estabelecido entre Fátima e a Rússia, foi também com uma missa pontifical em rito bizantino que a basílica do Santuário de Fátima foi consagrada em 1953.

Em 1964 apareceu à venda em Nova Iorque um precioso ícone de Nossa Senhora de Kazan, cópia do ícone original, que datava de 1572 mas desaparecera em seguida, executada na primeira metade do século XVIII na região do Volga, talvez no mosteiro de Diveyevo, com uma moldura de diamantes e pedras preciosas. Esta cópia fora roubada em 1923 e trazida para fora da Rússia durante a Segunda Guerra Mundial; foi o Exército

Azul ou Apostolado Mundial de Fátima que a adquiriu, enviando-a para a sua sede em Portugal em 1970. Foi depois oferecida ao papa, seguindo para Roma em 1993.

Entretanto, em 1985, Mikhail Gorbachov fora eleito secretário geral do Partido Comunista da União Soviética e dera início à *perestroika*; e em 1990 abolira as leis antirreligiosas que permaneciam ainda em vigor. O papa considerou que estava finalmente consumada a *conversão da Rússia* vaticinada em Fátima; e planeou devolver o ícone durante a viagem à Rússia que sonhava empreender. Como jamais logrou concretizar esse seu projeto, acabou por enviar o ícone ao patriarca de Moscovo Aleixo II (r. 1990-2008) por intermédio de uma delegação presidida pelo teólogo alemão Walter Kasper.

Assim se encerrou o ciclo. Resta-nos anotar um aspeto interessante da história das visões de Fátima, que tem uma certa relação com os hábitos ortodoxos e parece conter, ainda que implicitamente, uma certa crítica aos costumes que vieram a prevalecer na igreja católica romana.

Embora tal prática pareça corresponder ao elogio que Jesus fez às criancinhas e ao apelo para que as imitassem (Mt 18, 1-4; Mc 9, 33-36; Lc 9, 46-47), nas igrejas latinas jamais parece ter gozado de grande favor a distribuição da Sagrada Comunhão às crianças abaixo da "idade da razão" e, por conseguinte, incapazes de se confessarem. Aquela prática foi defendida por S. Cipriano de Cartago (c. 200-258), pelas *Constituições Apostólicas* (século IV), por Santo Agostinho (354-430) e por S. Leão Magno (400-461), mas teve no Ocidente poucos seguidores. O Concílio de Trento (1545-63), sem a proibir nem a condenar onde quer que permanecesse em uso, declarou no cânon 4º da sua XXI sessão que "não era necessária para a salvação", uma vez que as crianças dessa idade não corriam o risco de por seus pecados "perderem a graça de filhos de Deus" adquirida pelo baptismo. No entanto veio em quase toda a parte a prevalecer o costume de atribuir grande solenidade à *primeira comunhão* de cada criança, feita em geral aos sete anos, na seqüência da sua primeira confissão. A igreja anglicana e a maioria das igrejas protestantes observam práticas semelhantes, que no Ocidente praticamente nunca sofreram contestação.

Estranhamente, a legislação católica recente foi mais longe do que Trento, pois o *Código de Direito Canónico*, promulgado em 1917, mas profundamente revisto em 1983, afirma no seu cânon 913 que a Sagrada Comunhão apenas deve ser dada a crianças que tenham atingido a idade da razão, estejam cuidadosamente preparadas para a receber com fé e devoção, e possuam capacidade para compreender o significado de tal ato.

Ora dos três videntes da Cova da Iria apenas Lúcia, fizera a primeira confissão e recebera a primeira comunhão. O pároco de Fátima, sempre suspeito para com eles, alegando que não haviam freqüentado a catequese nem estavam preparados, recusava-se a dar-lhes a Sagrada Comunhão — que apenas ministrou a Francisco no seu leito de morte, poucas horas antes de expirar.

Ora segundo duas das *Memória* de Lúcia (a segunda, divulgada em 1938, e a quarta, de 1941) em 1916, portanto um ano antes das visões marianas da Cova da Iria, ter-lhes-á aparecido por três vezes um anjo, que aquando da sua terceira visita, após prostrar-se até ao solo num ato de adoração, os terá feito comungar: a Lúcia sob a espécie do pão, aos outros dois, que não haviam ainda feito a primeira comunhão, sob a do vinho. Este último detalhe é tanto mais curioso quanto é verdade que nas igrejas latinas a comunhão sob ambas as espécies era, já desde a Idade Média, reservada ao clero, o que, tachado de clericalismo, fora violentamente contestado a partir de 1414 pelos reformadores da Boémia, como Jacob de Misa († 1429) e João Hus ou Huss (1369-1415). Como no ano imediato o Concílio de Constança lhes não deu razão e acabou por condenar João Huss à fogueira, a questão agudizou-se, vindo a dar lugar a um conflito armado, que comportou cinco sucessivas cruzadas contra os hussitas e durou de 1419 a

1433. Incapaz de os reduzir pela força, a igreja católica pactuou; e em 1433 autorizou na Boémia a comunhão sob ambas as espécies.

Conta-se que ao morrer João Hus dissera aos seus algozes: "Ides assar um ganso [significado da palavra *Hus*], mas dentro de um século encontrar-vos-eis com um cisne que não podereis assar" — referindo-se profeticamente a Martinho Lutero, que tinha no seu brasão um cisne. De facto uma das reivindicações mais instantes de Lutero e dos demais reformadores do século XVI foi o *cálice leigo*, ou seja, a permissão para os leigos comungarem, como os clérigos, sob a espécie do vinho. Embora o Concílio de Trento tenha reafirmado a prática adotada pela igreja latina na Idade Média, invocando inclusivamente razões teológicas e até textos bíblicos em apoio da sua tese, a pedido do imperador Carlos V o papa acabou por autorizar exceções na Alemanha, como na centúria precedente fizera na Boémia; mas só o concílio Vaticano II (1962-65), sem generalizar a prática do *cálice leigo*, o veio a autorizar "em casos justificados" — o que na prática, ficou a critério do celebrante e permanece raro nas igrejas latinas. Quanto às igrejas orientais unidas a Roma, a quem esta tentara impor a sua disciplina sobre este ponto, o código em vigor, promulgado em 1990, autoriza pelo seu artigo 710 cada igreja a seguir a tal respeito as prescrições dos seus próprios livros litúrgicos.

O padre Dhanis, de que falámos já, põe em dúvida que as crianças tenham tido todos três esta visão do anjo a distribuir-lhes a Sagrada Comunhão, pois espontânea e faladora como era, Jacinta, que contava então apenas seis anos, dificilmente se teria contido e guardado segredo a tal respeito; parece sobretudo estranho que nenhum dos três tenha jamais invocado esse precedente sobrenatural contra o pároco que persistia em não dar a comunhão a Francisco. Pode, por outro lado, perguntar-se porque só veio Lúcia a falar dessa visão vinte e dois anos mais tarde.

Seja como for, embora não saibamos que crédito lhe atribuir nem como a interpretar, atrevemo-nos a dizer que esta visão — que se não harmoniza com a tradição da igreja católica, ainda muito rígida nas suas normas no momento em que Lúcia a divulgou — parece encerrar qualquer misteriosa significação profética.

Isso não nos deve espantar, pois sabemos que Deus, que fez a burra de Balaão ver um anjo e em seguida falar para admoestar seu dono (Num, 22, 22-35), permanece infinitamente livre para interpelar os homens pelos meios que muito bem entende.

O Rosário

Segundo a Irmã Lúcia, a *Senhora* que apareceu aos três pastorinhos recomendou-lhes muito a recitação quotidiana do *terço*, ou seja, da terça parte do rosário católico, que assim ficaria integralmente recitado ao cabo de cada três dias. Esta recomendação ter-se-á repetido numerosas vezes e acabou por se tornar elemento central da chamada *Mensagem de Fátima*. Em anteriores visões do mesmo tipo a recitação do *terço* está longe de revestir a mesma importância: por exemplo as recomendações feitas aos dois videntes de la Salette em 1846 insistiam preferentemente sobre a santificação do domingo, quer pela abstenção de trabalhar quer pela assistência à Missa, sobre a prática do jejum durante a quaresma e nos mais dias em que estava proibida a ingestão de carne, e na recusa de invocar o diabo, coisa que, ao que parece, era muito comum na época, sobretudo entre os azeméis, que alugavam e conduziam mulas, e outras pessoas que lidavam com as bestas.

Convém, por isso, explicar o que é o rosário católico e discorrer um pouco sobre as suas virtudes e defeitos.

O uso de um rosário com contas ou com nós, para contar as vezes que se repete uma breve oração feita por assim dizer maquinalmente, compatível com um trabalho

simultâneo, é comum a muitas religiões e corresponde a um desejo instintivo do homem de rezar continuamente e assim estar constantemente na presença de Deus ou do que quer que considere como Absoluto. No caso dos budistas, que não creem como os judeus, cristãos e muçulmanos, e em menor grau os hindus, num Deus pessoal, criador e senhor de todas as coisas, visíveis e invisíveis, o Absoluto é identificado com a Lei Eterna do Universo, por assim dizer impessoal, a que tudo, deuses inclusive, está sujeito — embora na prática exista uma forte tendência para dirigir a oração ao Buda (que é uma figura histórica, que viveu provavelmente entre 563 e 480 A. C.), e a considerá-lo não já apenas como um sábio e um mestre espiritual mas como uma encarnação da Sabedoria eterna, que acaba por ser muitas vezes identificada com aquela Lei perpétua e suprema. O budismo chamado do Grande Veículo ou *Mahâyâna*, a que pertencem as escolas que predominam no Tibete, na China, no Japão, na Coreia e no Vietname, serve-se de um rosário de 108 contas (número que, pelas suas propriedades aritméticas, $2^3 \times 3^3$, é suposto ter uma eficiência mágica) para repetir outras tantas vezes um *mantra* ou fórmula curta reputada dotada de grande potencialidade religiosa. O *mantra* budista mais conhecido é *om mani padme hum*, que se pode traduzir por "Oh! a joia na flor do lótus! Ámen!" e se refere, evidentemente, ao Buda. Os muçulmanos utilizam um rosário de 99 contas, destinado a ritmar a recitação dos 99 nomes que a tradição corânica atribui a Deus: o Clemente, o Misericordioso, o Rei do Dia do Juízo, o Dador da Paz, etc. Esta ocorrência da prece contínua em tão diversos contextos religiosos e culturais parece mostrar que ela corresponde a uma necessidade natural do homem, que já alguém definiu como "um animal que reza".

Quanto ao rosário ortodoxo, chamado em grego *komvoskini*, "fio com nós", é, como é bem sabido, destinado à prática da *oração do coração* ou *oração monológica* (i. e., que consiste na repetição de uma só fórmula), sobretudo conhecida por *oração de Jesus*, mas que melhor se chamaria *oração a Jesus*. Esta prática está atestada desde o século V entre os monges dos desertos do Egito. A fórmula mais usual é "Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, tem piedade de mim, pecador", embora existam outras fórmulas que podem alternar com esta ou substituí-la. Esta prática assegura a recordação constante do Filho de Deus, assim cumprindo a recomendação de "orar sem cessar" feita tanto pelo Evangelho S. Lucas (18, 1) como por S. Paulo (Ef 6, 18 e I Tes, 5, 17). É assim radicalmente cristológica, pois ao mesmo tempo que confessa explicitamente a divindade de Jesus professa implicitamente o seu papel de distribuidor da graça, como único medianeiro entre Deus Pai e os homens. Constitui ao mesmo tempo um ato de humildade pelo qual o orante se declara pecador e invoca a misericórdia divina, único poder capaz de limpar o homem do pecado e o elevar até Deus. É em sintonia com essa humildade de que se faz profissão, que nenhuma graça particular se pede a Deus, confiando à Sua sabedoria e à Sua providência a escolha dos dons de que nos queira fazer mercê. Por isso sempre foi considerada nos meios monásticos como a mais perfeita forma de oração mental — destinada, evidentemente, a manter constante a consciência da graça do batismo e não a substituir a prece litúrgica, nem muito menos os sacramentos da igreja, que complementa mas não substitui.

Embora esta prática não fosse inteiramente desconhecida no Ocidente Latino — onde é recomendada nomeadamente pelos místicos ingleses da Idade Média — não é dela que deriva a devoção católica do Rosário, que na sua forma atual foi popularizada sobretudo pelo dominicanos, ordem religiosa fundada em 1215, no contexto da luta contra os albigenses — heresia afim da dos bogomilos e, em última análise, do maniqueísmo e das religiões dualistas da antiga Pérsia, que se difundira sobretudo em torno de Albi, no sul de França, de onde o seu nome. Daí que seja muitas vezes atribuída a invenção do Rosário a S. Domingos de Gusmão, fundador da ordem dominicana, que o teria recebido do céu. Vários quadros, alguns de pintores célebres representam a cena

da entrega do rosário a S. Domingos, que no entanto não corresponde à realidade histórica, pois o Rosário estava já em uso entre os monges de Cister no século precedente.

O rosário católico parece resultar da fusão de duas tradições diferentes. Havia por um lado, como existe nas igrejas ortodoxas, o costume de recitar durante a vigília mortuária de um defunto (*panykhida*), que normalmente precede o funeral, a totalidade do Saltério — e é por isso que o rosário católico completo tem 150 contas, tantas quantas o saltério litúrgico. Ora sucedia que na Idade Média a maior parte das pessoas não sabiam ler nem escrever, havendo mesmo entre os monges muitos que eram analfabetos. Difícil lhes era aprenderem de memória os 150 salmos. Daí a ideia de os substituir pela recitação do *padre-nosso*, que toda a gente sabia de cor, 150 vezes repetida. Não se sabe ao certo porque se lhe chamou *rosário*; opinam alguns que o nome lhe advém do antigo costume de depor uma rosa junto do defunto a cada salmo ou a cada recitação do *padre-nosso*; mas outros interpretam-no simplesmente como sinónimo de "grinalda", usado no sentido figurado de "grinalda de preces". De qualquer modo o termo tornou-se em português um substantivo comum, usado para designar uma fiada de contas, independentemente das devoções que lhe estejam associadas; é por isso que se pode falar de "rosário budista", "rosário muçulmano" ou mesmo, por analogia, de "um rosário de ilhas" para designar um grupo de ilhas dispostas em linha, e assim por diante.

Havia, por outro lado, tanto no Oriente como no Ocidente, o costume de endereçar à Virgem Maria diversas saudações, semelhantes às do *Acatisto* da liturgia bizantina. Encontram-se várias dessas saudações em manuscritos medievais. A liturgia tradicional da arquidiocese de Braga, chamada *rito bracarense* (que embora derive do rito romano introduzido na Península Ibérica na seqüência de um concílio reunido em Burgos em 1080, inclui peças de outras origens, inclusivamente bizantinas, ao lado de composição locais) conservou até aos nossos dias algumas dessas saudações, recitadas sobretudo durante o oitavário (oito dias que seguem a festa) da Assunção ou Dormição da Madre de Deus, a 15 de Agosto; por exemplo: "rejubila, ó Madre de Deus, virgem imaculada, que do anjo recebeste o júbilo! rejubila, tu que geraste a claridade da eterna luz! rejubila, ó Mãe; rejubila ó santa Deípara Virgem! Só tu és mãe intacta. Louva-te toda a criatura, como geradora da luz! Intercede por nós ao Senhor!".

Estas saudações tinham para os analfabetos o mesmo inconveniente dos salmos: eram difíceis de aprender de cor. Daí que a pouco e pouco se tenha generalizado o uso de repetir sempre a mesma saudação, que de início era simplesmente a combinação de Lc 1, 28 e Lc 1, 42: "Ave, Maria, cheia de graça, o Senhor é contigo! Bendita és tu entre as mulheres, e bendito é o fruto do teu ventre!". A saudação 150 vezes repetida no Rosário ou *Saltério de Maria*, que não era considerada pela igreja católica como fórmula litúrgica mas de simples devoção privada, compreendia numerosas variantes até se fixar em 1568 quando o papa Pio V a incluiu entre as orações preparatórias a recitar antes de cada hora do Ofício Divino, o que a fixou na forma atualmente usada. Em português (língua em que no decurso do século XVI a 2ª pessoa do plural substituiu a do singular ao falar com Deus ou com os santos) a forma é a seguinte: "Ave, Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres, bendito é o fruto do vosso ventre: Jesus! Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amen". Entretanto generalizara-se o uso de intercalar entre cada dez *ave-marias* um *padre-nosso*, de modo que a devoção do rosário deixara de ser puramente mariana. Mais tarde, de acordo com a tradição litúrgica universal, começou a rematar-se cada dezena de *ave-marias* com uma Glória ao Pai, o que nos parece assaz correto.

Foi em finais da Idade Média que um dominicano bretão, Frei Alain de la Roche ou, em latim, Alanus de Rupe (1428-75), segundo a tradição após uma visão que terá

tido em 1470, divulgou o costume de dedicar cada dezena (série de um *padre-nosso* e dez *ave-marias*) a um mistério mariano. Na realidade Frei Alão limitou-se a popularizar uma prática em uso entre os monges cartuxos, que inseriam na *ave-maria* uma *cláusula*, ou frase curta aludindo a um dos episódios da vida de Cristo, terminada por um *aleluia*; por exemplo: "Ave Maria, cheia de graça, o Senhor está contigo, bendito é o fruto do teu ventre: Jesus, que os anjos anunciaram aos pastores ser já nascido, Aleluia". São sobretudo conhecidas as cláusulas redigidas pelo monge cartuxo Frei Domingos da Prússia (1384-1460), também conhecido por Domingos Ruteno, por ser quicá originário da Ucrânia. As *cláusulas* podiam ser lidas ou cantadas com o resto da *ave-maria*; podiam mesmo constituir objeto de pregação por um sacerdote, se o Rosário era recitado em comum. Com elas, e com a inserção do *padre-nosso*, atenuou-se o caráter de devoção puramente mariana que até aí revestia a recitação do rosário, que assim adquiriu um sabor mais cristológico. Foi Frei Domingos um dos primeiros a falar, por sinédoque, do Coração de Jesus, localizando nele o seu amor aos homens. Atribui-se-lhe também a tentativa de restaurar o costume de recitar o rosário completo, com 150 *ave-marias*, tantas quantas os salmos da Bíblia, em vez do simples terço, de 50, que em seus dias se tornara já mais usual.

Ao que parece, as primeiras saudações marianas eram dedicadas às "alegrias de Nossa Senhora", quer em torno do nascimento de Cristo quer em torno da sua ressurreição e ascensão aos céus. No entanto, talvez na seqüência da peste-negra que grassou na Europa entre c. 1348 e c.1350, e matou cerca de um terço da população europeia, a piedade católica tomou um pendor pessimista, comprazendo-se na meditação dos sofrimentos de Cristo e das "dores de Nossa Senhora", na sua maioria relacionadas com a paixão de seu Filho, em que achava consolação para as agruras dos tempos difíceis que se viviam. O tema dos sofrimentos de Maria ao lado de seu Filho, que a associa intimamente ao mistério da Redenção, é também evocado na liturgia bizantina, nos *stavrotheotokia* recitados nos dias de penitência e jejum após a doxologia "Glória ao Pai... Assim como era..."; mas nas igrejas latinas adquiriu uma importância exagerada, favorecendo bastas vezes uma piedade dolorista, senão mesmo doentia. Foi nesse contexto histórico que Frei Alão intercalou entre os "mistérios gozosos", que giravam em torno do nascimento de Cristo, e os "gloriosos", que focavam a sua ressurreição e ascensão, cinco "mistérios dolorosos", que na realidade, na forma em que se fixaram, não têm relação direta com a Virgem Maria. A série dos mistérios ficou assim constituída:

I - Mistérios gozosos:

1. A anunciação do anjo e a encarnação do Verbo.
2. A visitação da Virgem Maria a sua prima Isabel e o nascimento de S. João Batista.
3. O nascimento de Jesus em Belém.
4. A apresentação do Menino Jesus no Templo e a purificação de Nossa Senhora.
5. A perda e o encontro do Menino Jesus no templo aos doze anos.

II - Mistérios dolorosos:

1. A agonia de Jesus no horto de Getsémani.
2. A flagelação de Jesus preso à coluna.
3. A coroação de espinhos.
4. A caminhada de Jesus para o Calvário.
5. A crucificação e morte de Jesus.

III - Mistérios gloriosos:

1. A ressurreição de Jesus.
2. A ascensão de Jesus aos céus.

3. A descida do Espírito Santo sobre os apóstolos.
4. A assunção da Virgem Maria aos céus.
5. A coroação da Virgem Maria nos céus como rainha dos anjos e dos apóstolos.

Como se depreende desta enumeração o Rosário tornou-se assim uma prática híbrida, um misto de devoção mariana e de recapitulação dos principais passos da vida de Cristo. O seu principal defeito era evocar aspetos secundários da vida de Jesus, como a sua perda e reencontro no templo aos doze anos, e saltar inteiramente sobre toda a sua vida pública, desde o batismo no Jordão até à Última Ceia e à instituição da Eucaristia. Ficava assim de fora o principal.

Embora a história do Rosário, devoção privada e, dada a sua simplicidade, em regra meramente oral, seja difícil de traçar por falta de documentos escritos, parece que esse grave defeito não era comum a todas as formas que na Idade Média essa devoção revestira, pois conhecem-se *cláusulas*, a intercalar na *Ave Maria*, que evocam mistérios importantes da vida de Cristo ausentes do Rosário mais vulgar, como o seu batismo:

Ave, Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco! Bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre Jesus, que João Batista batizou no Jordão e declarou ser o Cordeiro de Deus, Aleluia.

E assim por diante. Seja como for, aquele defeito foi notado pelo papa João Paulo II, que em 2002, por "letras apostólicas" de 16 de Outubro, mandou inserir entre a primeira e a segunda série de mistérios uma outra, de cinco mistérios também, a que chamou "mistérios luminosos":

1. O Batismo de Cristo.
2. O primeiro milagre de Cristo nas bodas de Caná.
3. O Sermão da Montanha.
4. A transfiguração de Cristo no Monte Tabor.
5. A Última Ceia e a instituição da Eucaristia.

Com esta inserção, a devoção do Rosário tornou-se muito mais aceitável, embora tenha perdido o seu nexu umbilical com os 150 salmos e a sua relação com as 150 contas do rosário completo, de que, aliás, raramente se usa hoje, a não ser como elemento, mais ou menos decorativo, do hábito de algumas religiosas. Acarretou, para mais — o que é o menos — o paradoxo aritmético de um rosário formado de quatro terços...

Muitos autores ortodoxos fazem ao rosário católico uma crítica que não parece justa porque, tanto quanto sabemos, é infundada: a de estimular a imaginação, uma das mais perigosas faculdades do homem, ao mandar *visualizar* as cenas da vida de Cristo. É claro que não podemos afiançar que nenhum pregador nem nenhuma obra sobre o Rosário tenham alguma vez feito apelos à imaginação; mas nem isso consta de nenhum dos tratados sobre o Rosário que conhecemos, nem jamais ouviu o autor destas linhas a quem quer que fosse recomendar que tentasse visualizar os seus mistérios. Pode avaliar-se o teor das meditações que tradicionalmente se recomendavam aos fiéis pela primeira das quinze que se contêm na obra do padre dominicano Frei Nicolau Díaz intitulada *Livro do Rosayro de Nossa Senhora*, impressa em Lisboa em 1573, que é perfeitamente suficiente como exemplo:

E o primeiro mistério desta primeira parte do Rosairo é a Encarnação do filho de Deos, quando tomou carne humana no ventre da Virgem gloriosa e se fez homem por amor de nós. A este mistério se oferece o primeiro Pater noster e dez Ave Marias. No qual mistério há muitas cousas que considerar. E logo parece que se deseja saber a causa porque Deos, que de nada tem

necessidade, quis fazer ãa obra tão grande como foi fazer-se homem e subjectar-se a nossas fraquezas. E a consideração nos representa a necessidade do homem, o qual sendo criado de maneira que pudesse nesta vida servir a Deos e na outra gozar da sua bem-aventurança, foi tão descuidado que se não soube conservar em tal estado, mas esquecido de seu próprio bem quebrou o mandamento de Deos: pelo qual ficou ele e todos os que dele descenderam imigos seus e desterrados de sua glória, sem terem possibilidade pera lhe satisfazer e assi tornar a sua graça. Mas foi o amor de Deos tão grande, que sendo nós seus contrairos e tão desagradecidos, passou por tudo e por amor de nosso bem e saúde, se fez homem pera satisfazer por nossos pecados e nos reconciliar com seu Pai. Onde se pode considerar quão grande mal é não guardar os mandamentos de Deos, e quão cegos andam os que com isso não tem muita conta. E também quão grandes são as entranhas da misericórdia do Senhor, pois Ele mesmo nos quis remediar, e não mediante outra criatura, pera que assi o louvemos continuamente. Outra consideração se oferece aqui muito própria deste mistério: que fariam os Santos antíguos, a que Deos abriu os olhos pera verem o mal do mundo; e como seu remédio dependia da sua vinda à terra, quão grandes seriam seus desejos de o verem feito homem, quantas lágrimas derramariam e suspiros dariam, e quantas orações fariam por este bem — cousa de que está cheia a escritura divina. E S. Bernardo diz que quando consideramos os desejos que os padres antigos tinham da vinda do filho de Deos à terra, que se confundia, por não saber agradecer ao Senhor sua vinda de que já gozava como eles a sabiam desejar. E com isto vemos a muita razão que temos de nos alegrar e dar graças ao Senhor pois nos criou sem nenhum merecimento nosso, em tempo que gozamos do fructo da sua vinda e dos benefcios que com ela o mundo recebeo; e os sanctos antíguos, que tanto este bem desejaram e tanto fizeram por ele, não viram senão em figuras e revelações. Pode-se aqui também considerar quanto Deos honrou a todo o universo com se fazer homem. Porque o homem participa da natureza de todas as outras cousas e dando Deos ser divino ao homem, todas as outras cousas ficaram honradas; mas a natureza humana está tão levantada, que dizemos com verdade que o homem é Deos e Deos é homem. E isto aproveita para que vendo quão honrados somos, tenhamos muita conta com não fazer cousa que seja menoscabo de nossa honra. Há também que considerar neste mistério muitas cousas da Virgem gloriosa nossa Senhora, de sua virtude e perfeição. Porque como Deos dá a graça e os dões spirituaes conforme a cousa pera que escolhe a pessoa, e a esta Senhora escolheo pera ãa dignidade tão grande como era ser Mãe sua, assi lhe comunicou mais graça, virtudes e perfeições que a nenhũa outra criatura, como já disse. Quando Deos criou o nosso primeiro pai Adão da terra e terreno, criou primeiro o paraíso terreal pera que nele vivesse contente e tivesse recreação; assim antes da vinda deste segundo Adão, Cristo nosso Senhor, criou um paraíso spiritual na terra, que foi a gloriosa Virgem chã de tanta virtude e perfeição, pera que com sua conversação tivesse o filho de Deos na terra grande recreação spiritual, cousa em que todos os homens ficamos em grande obrigação ao Senhor, porque dando-nos seu filho e vendo quão mal o nós podíamos agasalhar, pois todos éramos pecadores, criou esta Senhora pera que houvesse na terra quem dignamente e a seu gosto o servisse. Também a embaixada mediante a qual a Virgem ficou Mãe do filho de Deos tem muitas cousas que considerar. A reverência e o acatamento que o sancto Anjo lhe faria, em que estaria ela ocupada, o espanto que teria quando ouvisse tal saudação, por lhe parecer que não merecia tanto bem; com quanta humildade depois que entendeu a vontade do Senhor disse: Eis aqui a sua serva, cumpra-se em mim a sua vontade. E juntamente quão grande gozo e contentamento spiritual teria, quando este divino mistério se obrou, e o filho de Deos tomou carne humana em seu ventre precioso. E muitas outras spirituaes considerações que se oferecerão aos devotos neste mistério.

O autor explicara anteriormente que "porque esta devação é de tanta glória do Senhor e da Virgem gloriosa, e com que ela tanto folga, os seus devotos hão de trabalhar de a fazer o melhor que puderem e souberem. E assi não se hão de contentar com somente dizer as orações vocaes, mas trabalharem por ter ocupada a consideração nos mistérios da vida, morte e ressurreição do filho de Deos, que é o principal desta devação".

Como o leitor pode ajuizar por si mesmo, nada se acha aqui que se possa considerar um convite à visualização ou um apelo à imaginação; apenas se recomenda ao devoto que "posto de giolhos diante dalgũa imagem de nosso Senhor ou da Virgem, ou pintando-a diante dos olhos de seu coração (se não estiver em parte onde a haja), fazendo-lhe a reverência divida, comece o Pater Noster..." Quer-nos parecer que só com enorme exagero se pode tomar o convite a imaginar-se diante de um ícone, se no lugar

onde estiver o não houver, como uma soltura dada à imaginação, tanto mais que o termo mais vezes repetido é *consideração*, que para o autor designa a faculdade intelectual de raciocinar em torno de um dado tema.

Creemos, portanto, que nada no Rosário católico, que constitui por assim dizer uma recapitulação das principais festas do ano litúrgico, é incompatível com a piedade ortodoxa.

Quer-nos parecer que na base daquela crítica que alguns ortodoxos fazem ao Rosário jaz uma confusão entre este e um dos métodos de oração proposto no seus *Exercícios Espirituais* pelo fundador da Companhia de Jesus, S. Inácio de Loyola. Há que notar que, sem embargo, os *Exercícios Espirituais* foram considerados úteis à piedade ortodoxa por S. Nicodemos Hagiorita (1749-1809), um dos compiladores da célebre *Filocalia*, que os traduziu em grego e publicou, sem nome de autor, sob o título de *Πνευματικά Γυμνάσματα (Pneumatiká Gymnásmata)*.

Os exercícios espirituais, muito metódicos, foram concebidos para serem feitos ao longo de um retiro estrito de quatro semanas, em absoluto silêncio, e contém um programa de meditação para cada dia. O livro sugere três métodos opcionais de oração, dos quais o último consiste em meditar sobre a vida de Cristo, de que propõe cinquenta episódios, que não coincidem portanto com os quinze *mistérios* do Rosário, nem giram em torno das alegrias e dores da Santíssima Virgem. Cada programa contém geralmente uma oração, três preâmbulos, três ou quatro pontos a meditar, e finalmente um colóquio com Deus a encerrar com um *padre-nosso*. É no segundo preâmbulo que — se o tema da meditação não é abstrato como o *pecado*, a *graça*, a *oração*, ou coisa semelhante — o exercitante é convidado a fazer a *composição*, ou seja, a recriar mentalmente a cena que lhe serve de tema, para em seguida melhor refletir sobre ela.

Como fizemos para o Rosário, demos como exemplo o tema da Anunciação:

§ 101: O PRIMEIRO DIA E PRIMERA CONTEMPLAÇÃO É DA ENCARNAÇÃO, E CONTÉM EM SI A ORAÇÃO PREPARATÓRIA, PREÂMBULOS, 3 PONTOS E UM COLÓQUIO.

Oração. A habitual oração preparatória.

§ 102: *1º preâmbulo.* O primeiro preâmbulo é trazer [à memória] a história da cousa que tenho de contemplar; que é aqui como as três Pessoas Divinas miravam toda a superfície ou redondez de todo o mundo cheia de homens, e como vendo que todos desciam ao inferno, se determina em a sua eternidade que a Segunda Pessoa se faça homem, para salvar o género humano, e assim se fez, chegada a plenitude dos tempos, enviando o anjo São Gabriel a nossa Senhora.

§ 103: *2º preâmbulo:* composição, vendo o lugar: aqui será ver a grande capacidade e redondez do mundo, na qual estão tantas e tão diversas gentes; assim mesmo, depois, particularmente a casa e aposentos de nossa Senhora, na cidade de Nazaré, em a província de Galileia.

§ 104: *3º preâmbulo:* demandar o que quero: será aqui demandar conhecimento interno do Senhor, que por mim se fez homem, para que mais o ame e o siga.

§ 105: *Nota:* convém aqui notar que esta mesma oração preparatória, sem a mudar, tal como foi dita ao princípio, e os mesmos três preâmbulos se hão de fazer em esta semana e em as outras seguintes, mudando a forma, segundo a matéria em consideração.

§ 106: *1º ponto:*

1. o primeiro ponto é ver as pessoas, umas e outras; e primeiro as da face da terra, em tanta diversidade, assim em trajas como em gestos: uns brancos e outros negros, uns em paz e outros em guerra, uns chorando e outros rindo, uns sãos, outros enfermos, uns nascendo e outros morrendo, etc.

2: ver e considerar as três Pessoas Divinas, como em seu sólio real ou trono da sua Divina Majestade, como miram toda a face e redondez da terra e todas as gentes em tanta cegueira, e como morrem e descem ao inferno.

3: ver a nossa Senhora e ao anjo que a saúda, e refletir para retirar proveito de tal vista.

§ 107: *2º ponto:* o 2º é ouvir o que dizem as pessoas sobre a face da terra, a saber: como falam uns com outros, como juram e blasfemam, etc.; e assim mesmo o que dizem as Pessoas Divinas, a saber: "Façamos a redenção do género humano", etc.; e depois o que diz o anjo a nossa Senhora; e refletir depois, para sacar proveito das suas palavras.

§ 108: 3º ponto: o 3º é olhar depois ao que fazem as pessoas sobre a face da terra, tal como ferir, matar, ir para o inferno, etc.; e assim mesmo o que fazem as Pessoas Divinas, a saber: obrando a santíssima encarnação, etc.; e assim mesmo o que fazem o anjo e nossa Senhora, a saber: o anjo fazendo o seu ofício de legado, e nossa Senhora humilhando-se e dando graças à divina majestade; e depois refletir para sacar algum proveito de cada cousa destas.

§ 109: Colóquio.

Por fim, há de se fazer um colóquio, pensando o que devo dizer às três Pessoas Divinas ou ao Verbo eterno encarnado ou à Mãe e Senhora nossa, pedindo segundo o que em si sentir, para mais seguir e imitar ao Senhor nosso, assim agora encarnado, dizendo um *Pater noster*.

Não nos quer parecer, como tampouco deve ter parecido a S. Nicodemos, que se corra grande risco em utilizar assim a imaginação, pois não se trata de lhe dar soltura para que divague ou crie visões ilusórias, mas de lhe dar um uso controlado, fixando-a no tema sobre que em seguida se vai discorrer intelectualmente. Trata-se de qualquer modo de um método, por que cada um pode optar ou não, pois o próprio autor fornece várias alternativas.

Observado isto, passemos à exposição das críticas e reticências que se podem legitimamente fazer ao Rosário — que visam sobretudo a atitude dos propagandistas de Fátima, que querem fazer dele o suprassumo e o cerne da piedade cristã, parecendo mesmo atribuir-lhe uma eficiência mágica.



Mulheres em oração em Fátima

Há que notar, em primeiro lugar, que quando as três crianças tiveram as suas visões, eram todos três analfabetas. Nem lhes era possível recitar o Ofício Divino ou liturgia das horas, nem assistir à sua celebração, pois à exceção das vésperas de

domingo, que eram ainda cantadas nalgumas igrejas (sobretudo em França) e das matinas e laudes dos três dias da Semana Santa, o ofício era somente recitado nos mosteiros e nas igrejas catedrais (e nem em todas). A leitura do ofício era considerada uma obrigação estrita dos clérigos a partir do diaconado, mas faziam-na em privado. De qualquer maneira não havia tradução dos seus textos em língua vernácula — foi mais tarde que apareceu a tradução por Monsenhor Freitas Barros, estrénuo apóstolo da liturgia, das *Vésperas e Completas do Breviário Romano*, destinada às comunidades de religiosas de vida ativa, que não aprendiam latim.

Para quem quisesse recitar o Ofício em casa ou mesmo acompanhar o seu canto, em latim, numa catedral, não existia nenhuma tradução em língua vernácula que permitisse fazê-lo. Parece-nos mesmo que o Vaticano o proibira, pois quando, por volta de 1960, o autor destas linhas traduziu em português, para serem recitadas durante uma adoração noturna, as matinas e laudes do antigo "Ofício Votivo do Santíssimo Sacramento", foi, embora com brandura, censurado pelo seu pároco, que lhe objetou que a recitação do Ofício Divino em vernáculo não estava autorizada por Roma.

De qualquer maneira, se, para crianças analfabetas e num país em que mais de 70 % da população não sabia ler nem escrever, a recitação do Rosário era provavelmente a melhor maneira de enquadrar e estruturar a sua vida espiritual, não se segue daí que o seja para toda a gente, em todas as épocas e em todos os lugares. A afirmação de que, para leigos, o Rosário era preferível ao Ofício Divino — como por diversas vezes foi dito a quem estas linhas escreve, então adolescente, que no entanto sempre fez ouvidos de mercador — é inaceitável. Inaceitável igualmente nos parece a eficácia quase mágica que os apóstolos de Fátima atribuem ao Rosário, simples devoção privada, em detrimento da liturgia da Igreja, de que pode ser um complemento, mas jamais um substituto. Na sua propaganda há um erro de perspectiva: a recomendação de S. Paulo é, como vimos, a de "orar sem intermissão", e não a de dar preferência a tal ou tal fórmula de prece, o que é pouco compatível com a "liberdade dos filhos de Deus" que o Novo Testamento proclamou.

Para os católicos a norma é, aliás, dar a primazia à liturgia, conforme afirma o *Diretório sobre a piedade popular e a liturgia*, publicado pelo Vaticano em 2001, em que se lê:

A primazia da Liturgia sobre as outras formas de oração cristã, que são possíveis e legítimas, deve encontrar eco na consciência dos fiéis: se os sacramentos são *indispensáveis* para se poder viver unido a Cristo, as diversas formas de piedade popular têm, pelo contrário, um caráter *facultativo*.

Os monges de Cister, segundo tudo leva a crer os primeiros a praticarem a devoção do Rosário, cantavam todos os dias o Ofício Divino, o que lhes devia tomar, ao todo, pelo menos quatro horas por dia; levantavam-se a meio da noite para recitarem as Matinas, regressando após o seu canto ao leito para darem ao corpo o resto de repouso de que carecia; e durante o dia cantavam sucessivamente os ofícios de Prima, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas, que assim ritmavam a sua vida. Era no tempo que lhes restava livre que se davam a devoções privadas, como o Rosário. Este integrava-se assim perfeitamente na sua vida espiritual, em que a devoção mariana se não deve sobrepor ao culto da Trindade Divina.

É verdade que desde que se introduziu no Rosário a meditação dos principais mistérios da nossa salvação (sobretudo se se integram nele os *mistérios luminosos*, que respeitam aos grandes momentos da vida de Cristo), essa devoção adquiriu uma dimensão cristológica, que a eleva e a aproxima da oração litúrgica.

Seja como for, o Rosário, ainda que, com estas ressalvas, nos pareça perfeitamente aceitável a um ortodoxo, não deixa de ser uma prática religiosa inferior à

Oração de Jesus, que faz do Verbo encarnado o seu centro. É verdade que tampouco esta possui uma eficiência mágica, conduzindo-nos automaticamente à união com Deus, como afirmam os teóricos hindus de certas escolas do *yoga* que, *mutatis mutandis*, se dão a métodos de oração semelhantes; não pode, por isso, constituir por si só a essência da vida espiritual do cristão, que deve sempre ser alimentada dos Sacramentos da Igreja e ritmada pela sua liturgia.

São Serafim de Sarov tinha o costume de intercalar na Oração de Jesus invocações marianas, tais como a saudação angélica, "Ave Maria..." ou a popular exclamação "Sacrossanta Deípara, salva-nos" que nalgumas igrejas se costuma intercalar na cláusula das litánias, às palavras do diácono "comemorando a nossa Santíssima, Puríssima, Bentíssima, gloriosa Soberana, Deípara e sempre-Virgem Maria...". Vários mestres da *oração de coração* o aconselham; notar-se-á, porém, que é entre as invocações a Jesus que se intercalam, em menor número, as invocações a sua Mãe e não o oposto; teologicamente essa proporção parece-nos a mais correta. No Rosário, uma vez que por cada dez *ave-marias* se recita apenas um *padre-nosso*, se não se presta a atenção devida aos temas cristológicos a meditar em cada mistério, corre-se um certo risco de sobrepor Maria a Cristo. Só um bom sentido da hierarquia dos valores e uma atenção constante do fiel que ora o pode evitar.

Na liturgia bizantina a evocação da Virgem Deípara tem o seu lugar: o último tropário a intercalar nos salmos de Vésperas e de Laudes é sempre um *theotokion* (tropário dedicado à Deípara), e o mesmo se passa em cada uma das odes de cada *cânon*. Assim, quer pelo número de estrofes que lhe são dedicadas, quer pela posição que ocupam, a Madre de Deus está constantemente presente, mas numa posição subalterna em relação a seu divino Filho, que ocupa o lugar central. Tal como no-la mostra o ícone dito da Virgem *Odighitria* ("que mostra o caminho, condutora"), Maria, longe de ser como uma deusa ao lado do verdadeiro Deus, aponta para Jesus e mostra-nos o caminho que até Ele conduz. É esse o seu lugar numa piedade cristã convenientemente orientada.

Reservas teológicas

Se, em nossa modesta opinião, não há razões para um ortodoxo rejeitar a devoção católica do Rosário — nem especiais razões para que a adopte — há na chamada *Mensagem de Fátima* outros pontos que nos suscitam reticências e reservas.

Temos em primeiro lugar as preces que terão sido ensinadas por um anjo aos videntes em 1916, e pela própria *Senhora* que lhes apareceu em 1917, das quais algumas foram, desde a sua publicação, criticadas por teólogos católicos; outras, porém, foram aceites sem crítica.

A que foi mais discutida foi a que o anjo lhes terá ensinado na Loca do Cabeço, da terceira vez que viram, ajoelhando-se a seu lado e repetindo-a com eles três vezes:

Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo: adoro-Vos profundamente e ofereço-Vos o preciosíssimo Corpo, Sangue, Alma e Divindade de Jesus Cristo, presente em todos os sacrários da terra, em reparação dos ultrajes, sacrilégios e indiferenças com que Ele mesmo é ofendido. E pelos méritos infinitos do Seu santíssimo Coração e do coração imaculado de Maria, peço-Vos a conversão dos pobres pecadores.

O Pe. Fonseca considerou esta prece herética, com o argumento de que "ninguém pode oferecer a Deus a Sua própria Divindade". Esta crítica parece-nos exagerada, pois, embora a divindade de Deus não seja divisível, não parece estar em causa oferecer a Deus genericamente a sua própria Divindade, mas, para usar os termos dos próprios escolásticos católicos da Idade Média, a *latens deitas*, a *divindade latente* de Cristo

escondida na Eucaristia; por conseguinte, como canta a liturgia bizantina, oferecer a Deus "o Teu do que é Teu, em tudo e por tudo" — ou seja, oferecer ao Pai, em integral união com o Filho, o sacrifício de Cristo consumado de uma vez por todas. Como belamente escreveu não sei já que teólogo, a Eucaristia é sacrifício, mas de certo modo o sacrifício da *indigência da Igreja*, que mais nada tem para oferecer a Deus senão o próprio Deus feito homem, que a Si mesmo se entregou ao Pai em oblação pelos homens.

O Pe Dhanis não foi tão longe como Fonseca, mas considerou, pelos mesmos motivos, que a oração "não corresponde senão imperfeitamente às exigências de uma teologia cuidadosa na exatidão". Admite que Lúcia tenha misturado ao texto reminiscências do catecismo católico então em uso, que procedia por perguntas e respostas, de que constava a interrogação: "Que está no santíssimo Sacramento da Eucaristia?", a que se havia de responder: "o Corpo, Sangue, Alma e Divindade de nosso Senhor Jesus Cristo".

A esta objeção acrescentaríamos algumas mais: em primeiro lugar não se vê razão alguma para hipostasiar ou personificar o Coração de Jesus, nem muito menos o de Maria, localizando neles, como se pairassem fora dos respectivos corpos ou estes não fossem, na sua integridade, templo do Espírito Santo, os seus *méritos*; e em segundo lugar, embora acreditemos que a Virgem Deípara *intercede* constantemente por nós junto de Deus, colocar os méritos do seu coração ao lado e em pé de igualdade com os de Jesus, parece que é fazer dela como que uma deusa, à ilharga do verdadeiro Deus.

A alusão aos *sacrários* em que estão presentes "o Corpo, Sangue, Alma e Divindade de nosso Senhor Jesus Cristo", merece uma explicação: é verdade que corresponde a uma situação real, mas a uma prática discutível. Efetivamente, sempre se conservou nas igrejas a *reserva eucarística*, destinada a ministrar aos doentes em perigo de morte a comunhão como viático para a vida eterna; mas só a partir da reforma protestante, em reação contra os reformadores mais radicais como Calvino e Zuínglio (que, ao contrário de Lutero, negavam a presença real de Cristo na Eucaristia), começou a ser alvo de culto por parte dos católicos e a ocupar uma posição central nas suas igrejas. Não se pode, é verdade, afirmar que tal culto — muito popular em Portugal, sobretudo na prática do *lausperene*, ou adoração da Eucaristia durante 24 horas — seja em si mesmo reprovável; mas na prática a veneração da Hóstia Consagrada acabou por se antepor à Sagrada Comunhão, ao mesmo tempo que nos seminários e institutos teológicos o estudo do tratado sobre a Presença Real se substituiu ao do Sacrifício Eucarístico, de que aquela não pode ser mais que um corolário.

Deixaremos para depois outros comentários aplicáveis tanto a este texto como a outras facetas da "Mensagem de Fátima", para nos debruçarmos sobre uma outra oração que desde logo causou celeuma: a jaculatória ou curta prece que a própria *Senhora* terá ensinado os pastorinhos em Julho de 1917, citada logo em Setembro desse ano numa carta de Carlos de Azevedo Mendes, grande entusiasta de Fátima:

Ó meu Jesus, perdoai-me. Livrai-me do fogo do inferno. Levai as alminhas todas para o céu, principalmente as que mais precisarem.

Dir-se-ia que nesta jaculatória se pede, em linguagem assaz popular, a *apocatástase* ou salvação universal. A *certeza* da apocatástase, afirmada sobretudo pelos discípulos de Orígenes, foi muito combatida nos círculos monásticos nos últimos séculos da Antiguidade e acabou por ser condenada em 553 no segundo concílio de Constantinopla; no entanto, como sugerem muitos teólogos ortodoxos, se nos não é lícito afirmar a apocatástase como uma certeza prévia, podemos — e até devemos, se nos move uma caridade universal, extensiva a toda a criatura de Deus — desejá-la e pedi-la ao Senhor. Não foi porém esse ponto que foi então objeto de dúvidas por parte

dos teólogos católicos: foi a expressão "principalmente as que mais precisarem", que parece imprópria ou incompleta, pois é evidente que embora certos pecadores tenham mais necessidade do perdão e da misericórdia divina do que outros, não faz sentido afirmar que há "alminhas" mais precisadas de ir para o céu do que outras. Foi por isso que o Dr. Formigão corrigiu o texto, publicando-o na seguinte forma:

Ó meu Jesus, perdoai-nos, livrai-nos do fogo do inferno e aliviai as almas do Purgatório, principalmente as mais abandonadas.

Esta fórmula tem o defeito de introduzir na prece uma alusão à discutida doutrina católica do *Purgatório*. É verdade que a Igreja sempre orou pelos mortos, e que muitos Padres encaram a vida dos eleitos em Cristo como uma progressão contínua e sem limites — que S. Gregório de Nissa, na sua *Vida de Moisés*, designou por *epéctase* ou dilatação da alma, pela qual a graça divina a torna cada vez mais capaz de receber a própria graça — o que envolve uma *purificação* gradual. Sem embargo, a concepção do *Purgatório* — que de acordo com a teologia que lhe está inerente melhor se chamaria *Expiatório* — como um *lugar* entre o Céu e o Inferno, espécie de "campo de concentração" em que Deus reteria as almas, infligindo-lhes penas até ao Juízo Final, não aparece formulada de maneira explícita antes de 1070 e é, por conseguinte, uma inovação. O magistério católico não parece tê-la acolhido como doutrina oficial antes do pontificado de Inocêncio IV (1243-54), que na sua epístola *Sub catholicae*, de 6 de Março de 1254, ao seu legado no Império Bizantino a incluiu entre os pontos a exigir dos gregos para acederem à união com Roma. Curiosamente, não foi nenhuma especulação teológica nem nenhuma definição pontifícia que a popularizou, mas sobretudo a *Divina Comédia* de Dante (c. 1265-1321).

Seja como for, o escritor Antero de Figueiredo, após ter-se encontrado com Lúcia e com o bispo de Leiria, preconizou o regresso à forma original, a despeito da impropriedade da sua linguagem, e essa acabou por prevalecer sobre a do Dr. Formigão, com o que foi eliminada a referência explícita ao Purgatório; mas a fórmula permaneceu coxa.

Uma outra fórmula que, ainda que por outros motivos, nos parece criticável é uma jaculatória que teria sido revelada aos videntes pelo anjo, da primeira vez que lhes apareceu, na primavera de 1917:

Meu Deus, eu creio, adoro, espero e amo-vos. Peço-vos perdão para os que não creem, não adoram, não esperam e não vos amam.

Nada contém que se possa classificar de herético; mas recorda-nos demasiadamente a oração do fariseu em Lc 18, 9-14, pelo que sempre preferimos acrescentar-lhe: "... e sobretudo para mim próprio, por não crer, não Vos adorar, não esperar, nem Vos amar tanto quanto devia". Bem mais profundo é aquele apoftegma de um dos padres do deserto: "quando vires o teu irmão pecar, não o condenes, mas humilha-te em teu coração e dize: perdoai-me, ó Pai, porque pequei"...

O mesmo cheiro a fariseísmo nos parece evolar-se da frase final da primeira oração citada acima: "... e peço-Vos a conversão dos pobres pecadores" — como se quem a recita não fosse um deles.

Um pouco no mesmo sentido vai o conceito de *reparação* ou de *desagravo*, a que toda a história de Fátima faz repetida alusão, a partir da segunda visão do anjo, no verão de 1916:

De tudo o que puderdes, oferecei a Deus sacrificios em ato de reparação pelos pecados com que é ofendido e súplica pela conversão dos pecadores.

E na primeira visão da *Senhora*, a 13 de Maio de 1917:

Quereis oferecer-vos a Deus para suportardes os sofrimentos que Ele quer enviar-vos, como ato de reparação pelos pecados com que Ele é ofendido e suplicar pela conversão dos pobres pecadores?

Segundo a *Quarta Memória* de Lúcia, a mesma pergunta é de novo feita durante a visão de Julho.

O convite a tudo suportar por amor de Deus não carece de discussão, pois é um princípio básico de toda a espiritualidade cristã. A ideia, que animou os mártires de outrora, de que é bom, de que é mesmo necessário, sofrer ao lado de Cristo, embora levada às suas conseqüências últimas, possa conduzir ao masoquismo, encontra a sua justificação em S. Paulo, na época do seu cativeiro: "neste momento, encontro a minha alegria nos sofrimentos que suporte por vós, e completo na minha carne o que falta às provações de Cristo pelo seu corpo, que é a Igreja " (Col 1, 24). Como noutra passo (Fil 2, 17) se exprime o mesmo apóstolo, esse sacrifício é, de certo modo, associado ao sacrifício vicariante de Cristo, que se ofereceu a Deus não pelos seus pecados, que os não tinha, mas pelo pecado do mundo: "Se o meu próprio sangue se deve derramar como libação sobre o sacrifício e a oblação da vossa fé, regozijo-me e rejubilo com todos vós, tal como vós deveis, por vossa parte, com isso estar contentes e regozijar-vos comigo".

Não é isso o que nos choca, mas a ideia de que o próprio Deus esteja sujeito à necessidade de que todo o pecado seja expiado pelo sofrimento de quem quer que seja. Essa ideia encontra-se já em embrião na obra de Anselmo de Cantuária (1033-1109), um dos primeiros doutores da teologia escolástica, intitulada *Cur Deus homo*, "Porque se fez Deus homem", onde expõe a sua ideia-chave: todo o pecado é um mal infinito, porque ofende a Deus que é infinito; conseqüentemente exige uma reparação infinita, que o homem é incapaz de assegurar; foi por isso necessário que o Filho de Deus e Deus também encarnasse e se oferecesse ao Pai em sacrifício, cujo mérito, dada a sua divindade, é infinito, para assim o aplacar; mas, como observa o próprio autor, "só Deus o sabe ao certo".

De qualquer maneira, além de veicular a imagem de Deus como uma divindade sangüinária, que exige que as ofensas que se Lhe façam sejam reparadas pelo sangue, esta concepção parece introduzir no seio do cristianismo uma noção semelhante à de *karma* no hinduísmo e sobretudo no budismo: uma lei eterna e irrevogável, a que a própria divindade quedaria sujeita; assim, mesmo a despeito do perdão que Deus pode conceder, a expiação de todo o mal permanece uma exigência. Aí jaz o principal fundamento da teoria do Purgatório tal como a concebe a Escolástica. É da mesma concepção de *expiação necessária* que radicam os conceitos de *reparação* e *desagravo*, praticamente equivalentes entre si, tão presentes na *Mensagem de Fátima*.

Convém que examinemos ainda um ponto: a devoção ao "Imaculado Coração de Maria", muito recomendada nos textos mais recentes da *Mensagem*.

A devoção ao Coração de Maria constitui um duplicado do culto do "Sagrado Coração de Jesus". Embora esta tenha, como notámos já, precedentes na igreja anglicana, no seio do catolicismo romano apenas se desenvolveu após as visões que entre 1673 e 1675 teve a monja visitandina Margarida Maria Alacoque (1647-1690), religiosa do mosteiro de Paray-le-Monial, em França, canonizada pela igreja católica em 1920. A solenidade do Sagrado Coração de Jesus, celebrada na sexta-feira após o oitavário da de *Corpus Christi*, que comemora a instituição da Eucaristia (ou seja, na sexta-feira da segunda semana após o Pentecostes) foi instituída pelo papa Clemente XIII em 1765, e estendida a toda a igreja católica por Pio IX em 1856.

Essa devoção teve, na época em que apareceu, o seu papel na história, pois veio recordar — num período de racionalismo e de tendência para o deísmo, que reconhecia Deus como criador mas não como providência do universo — que o nosso Deus é um Deus vivo, que em Cristo se humanizou para que o homem se pudesse divinizar. É, por conseguinte, um Deus de amor; e a pessoa única do Verbo encarnado, divinamente humana, é igualmente sujeito de um amor divino a toda a criação. Pode, por conseguinte, ver-se nessa devoção uma conseqüência da definição do Concílio de Calcedónia em 451, segundo a qual a natureza humana do Verbo encarnado não foi de tal modo absorvida pela sua Divindade que tenha, por assim dizer, perdido a sua capacidade de amar humanamente. A devoção ao *Imaculado Coração de Maria*, faz muito menos sentido, pois ainda que divinizado *por participação* mediante a inabitação do Espírito Santo, não possui o mesmo caráter teândrico e, como é óbvio, é por conseguinte *humanamente* que ama os homens e o mundo.

Tradicionalmente olha-se o coração como sede do amor e dos demais sentimentos, o que, fisiologicamente não é exato, mas tem uma razão de ser: o coração é movido pelo sistema simpático, que reage a todos os sentimentos e emoções experimentados pelo sujeito, pelo que parece corresponder mais do que qualquer outro órgão ao ser profundo de cada indivíduo e à globalidade do seu ser. É claro que as pessoas que sofreram transplantes de coração não mudaram de afetos nem de sensibilidade, o que mostra que não é no coração, órgão do sistema circulatório, que se sediam as emoções e afeições; mas isso não impede que na linguagem corrente o coração seja geralmente olhado como a sede dos sentimentos. A imagem de um coração humano anatomicamente detalhado, com todos os seus músculos e suas veias, que figura por vezes na iconografia católica — por exemplo no estandarte da *Archiconfraria da Guarda de Honra* — é, por isso, não só de mau gosto mas também fisiologicamente incorreta. Já a figuração de Jesus com um coração estilizado coroado de espinhos, a entremostrarem o sofrimento moral por que passou ao lado do sofrimento físico, nos parece mais aceitável, e é certamente por isso que embora a devoção ao Coração de Jesus se não tenha desenvolvido no seio da igreja ortodoxa, se encontram nalguns mosteiros ícones seus, expressando o amor de Cristo aos homens.

Ao lado do coração, o Antigo Testamento aponta muitas vezes os rins como sede do subconsciente humano, o que fisiologicamente se explica pela existência das cápsulas suprarrenais, que segregam a adrenalina sobretudo em resposta a emoções; não é impossível que, com a sua tendência analítica para multiplicar as devoções particulares a tal ou tal aspeto de Cristo (o seu Preciosíssimo Sangue, as suas Cinco Chagas, etc.), a piedade católica venha um dia a desenvolver o culto dos Sagrados Rins de Jesus Cristo... Há anos circularam entre católicos portugueses as pretensas revelações de Jesus a não sei já que visionário, segundo as quais Cristo se queixava amargamente de que os seus fiéis embora devotos das suas cinco chagas (as dos cravos nas mãos e nos pés e mais a do lado aberto pela lança) não prestavam atenção à sexta, a que lhe provocou no ombro o carregar com a cruz! O principal inconveniente de tal multiplicação de devoções particulares, mórbidas algumas delas, é a dispersão, que ao chamar a atenção para tal ou tal árvore, faz perder de vista a floresta, ou seja, o Mistério da Redenção na sua inefável majestade.

Quanto ao "espírito de expiação e reparação" que, como afirmou o papa Pio XI na sua encíclica *Miserentissimus Redemptor*, "sempre deteve o primeiro e principal papel no culto prestado ao Sagrado Coração", além de conotar a ideia de "expiação necessária" a que exprimimos já sérias reservas, parece envolver a concepção, de sabor teopasquita, de que Cristo sofre *atualmente* no seu coração teândrico pelas ofensas que se lhe fazem, o que nos parece teologicamente assaz discutível, pois contradiz a doutrina universalmente aceite da impassibilidade do *corpo glorioso*, que é o seu após a

Ressurreição. Se em certo sentido Cristo ressuscitado *padece* é apenas porque se *compadece* das suas criaturas, sofrendo nelas e com elas, como seus membros que são.

Quanto à devoção ao Imaculado Coração de Maria, pode entender-se em dois sentidos: no sentido de culto da sua integral pureza, que do ponto de vista da teologia católica constitui um duplicado redundante da doutrina da sua Imaculada Conceição, mas coincide perfeitamente com a doutrina ortodoxa; e no sentido da sua visceral participação no amor de Cristo aos homens, que tampouco merece qualquer reparo. O que o merece é a tendência da piedade católica para hipostasiar os Sagrados Corações, como se alguma vez pudessem ser separados das entidades de que fazem parte e de per si ser objeto de um culto privativo. Essa tendência para subdividir a Virgem Maria em diversos avatares parece particularmente viva em Portugal, onde é, por exemplo, habitual falar-se da festa de "Nossa Senhora da Assunção", em vez de "Assunção de Nossa Senhora", "Nossa Senhora da Conceição" em vez de "Conceição de Nossa Senhora" e assim sucessivamente. Não espanta, pois, que a Irmã Lúcia refira que a *Senhora* que da primeira vez se lhes mostrou lhes afirmou que ao cabo da série das seis visões mensais "viria também Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Carmo", como se de entidades autónomas se tratasse.

Quanto à "consagração do mundo" ao Imaculado Coração de Maria, não se percebe muito bem qual seja o seu significado exato: que o papa, embora não seja dono nem senhor do mundo, possa *implorar* para este as continuadas *intercessões* da Virgem Imaculada, é perfeitamente justificado; que decida *confiar*-lho constitui quando muito um ligeiro abuso de linguagem, já que nada pode substituir nem muito menos sobrepor-se à Providência inefável com que Deus governa o mundo; melhor seria dizer *recomendar*-lho. Ao invés, que, como Lúcia afirmou, o próprio Cristo tenha insistido para que se consagrasse a Rússia e o mundo em geral ao coração de sua Mãe, parece uma inversão de hierarquias, pois terá sempre de ser a *Odighitria* a apontar-nos Cristo como via, verdade e vida, e não Este a apontar-nos aquela; além de que parece conduzir ao absurdo de apresentar Deus como que dividido contra Si mesmo, manifestando por um lado a sua intenção de fazer justiça ao mundo depravado, mas ensinando por outro a maneira de esquivar a sua justa cólera mediante uma espécie de "truque de magia", que consistiria em declarar o mundo propriedade de Maria e, por conseguinte, imune à ira do Senhor...

Mais duvidosa ainda nos parece a afirmação, posta na boca da *Senhora* e já citada acima, de que "por fim o meu Imaculado Coração triunfará", como se fosse a ele que estivesse confiada a providência do mundo. Sabemos que no fim dos tempos os justos serão associados ao triunfo final de Deus sobre as forças do mal; é esse o tema do salmo 149, que durante séculos todas as igrejas cristãs recitaram quotidianamente no ofício de Laudes. É esse também o tema de diversos passos da *Apocalipse de S. João*, por exemplo o capítulo 7, em que se vê "uma multidão imensa, que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, vestidos de túnicas brancas", cantando a Deus e ao Cordeiro aquando do seu triunfo, enquanto os 24 anciãos se prostravam em adoração.

A esse triunfo, de que participam todos os eleitos, está necessariamente associada a Eleita por excelência. Custa no entanto admitir que aquela que à saudação do anjo respondeu "eis aqui a escrava do Senhor", e no cântico que cantou aquando da sua visitação a Isabel tudo atribuiu "Àquele que olhou para a humildade da sua serva", possa vir-se a reclamar protagonista do triunfo do Senhor, para que sem dúvida contribuiu com as suas intercessões, mas que só a Ele pode ser atribuído.

Resumida em duas palavras, como muitas vezes e a justo título tem sido feito, como um apelo à *penitência* e à *oração*, a Mensagem de Fátima é válida para todo o cristão, seja católico, protestante ou ortodoxo; examinada porém à lupa deixa entrever a teologia superficial, confusa e discutível que lhe queda subjacente.

Quanto ao chamado *Segredo de Fátima* não nos parece conter qualquer interesse. A sua primeira parte consiste simplesmente na visão do inferno, que em Junho de 1917 a *Senhora* terá entremostrado às três crianças, que se limita a repetir as descrições mais realistas de alguns Padres da Igreja, como a do comentário de S. Basílio Magno ao salmo 33 e, sobretudo, os temas que desde a Idade Média inspiraram a fantasia dos pintores. A sua segunda parte é a que lida com a conversão da Rússia, que acima analisámos em detalhe, que se alguma vez o teve perdeu hoje o seu interesse.

Resta-nos a terceira parte, que, não descortinamos por que motivo, devia durante cinqüenta anos ser mantida secreta, num sobrescrito lacrado. Quando há poucos anos veio finalmente a ser divulgada verificou-se que consistia na confusa e vaga visão de um homem vestido de branco, derramando sangue. A interpretação oficiosa que se lhe deu foi a de que constituía uma premonição do atentado que sofreria o papa João Paulo II, de que finalmente escapou. Embora nos não seja lícito perscrutar os desígnios de Deus, de Quem em última análise tudo depende, poderia perguntar-se por que motivo se sentiu a Virgem Maria — que não tugira nem mugira por exemplo quando em 1277 o papa português João XXI fora, no paço pontifical de Viterbo então em obras, atingido pela queda de um tijolo que lhe causou a morte — movida a descer do céu para prenunciar um incidente ao fim e ao cabo de tão pouca monta; e, sobretudo, porque devia tão anódino pormenor permanecer secreto durante meio século.

Muitos católicos *integristas*, que atribuem a maior das autoridades aos decretos e definições do Concílio de Trento (1545-63), mas recusam todo o crédito ao Vaticano II, insinuem que tal não era, na realidade, o verdadeiro conteúdo do segredo, que o Vaticano terá escamoteado, mas antes a *grande apostasia* da igreja católica: padres despadrados; mosteiros desertos; o jejum posto de lado; a missa bastas vezes celebrada ao som de música profana, como a da bateria, como se em vez de uma recapitulação atualizante da vida e morte de Cristo fosse um concerto de *jazz*; o ofício divino quase inteiramente substituído por uma leitura espiritual; novas igrejas quase desprovidas de símbolos cristãos, semelhantes por fora a cinemas ou garagens, por dentro a salões de baile; a eucaristia oficiada por um celebrante por vezes desparamentado, fazendo face à assistência por detrás de um altar em que freqüentemente não figura sequer a cruz — como se em vez de um ato de oração do celebrante *conjuntamente* com o povo, fosse a sessão solene de uma academia; a comunhão, distribuída por simples leigos à paisana e recebida sem qualquer preparação nem jejum prévio, como uma sobremesa após a refeição...

Têm, sem dúvida, razão os integristas na maior parte das críticas que emitem; mas muito raro é que compreendam que o ato fundador da Igreja, assim como não é o Concílio Vaticano II tampouco o é o de Trento, mas a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos no dia do Pentecostes. Ora como muito bem o exprimiu o teólogo católico Hans Urs von Balthasar, "a verdade é sinfónica", ou seja, não se deixa encerrar nesta ou naquela formulação, por mais santos que sejam os que a expressaram, mas no consenso geral da Igreja ao longo dos milénios — de que os Padres dos primeiros séculos, que brilharam pela sua santidade e a quem incumbiu a espinhosa tarefa de traduzir a verdade cristã na linguagem cultural do helenismo que jaz nos caboucos da nossa civilização, são testemunhas privilegiadas.

Assim como nenhuma tradição local se pode sobrepor à Tradição global, assim também nenhum concílio, convocado para debater as dúvidas, hesitações e polémicas que se punham na sua época, pode pretender representar de per si a Grande Tradição.

É na medida em que dela não destoa e à sua luz que a *Mensagem de Fátima* pode fazer sentido.

Conclusão

É evidente que, nem para um ortodoxo nem para um católico, Fátima pode ajuntar o que quer que seja ao Evangelho.

No entanto, Fátima interpela-nos de várias formas, chamando para a Revelação as nossas atenções, como que dizendo a cada um de nós: "e tu?".



Fátima em dia de peregrinação (c. 1940-50)

Interpela-nos através do exemplo daquelas crianças analfabetas, de fé rudimentar e pouco esclarecida, mas sincera e profunda, que resistiram a todas as pressões para se desdizerem, enfrentaram as autoridades ímpias da república jacobina e não temeram nem a prisão nem a morte. Interpela-nos através da fé simples do povo que, indiferente aos cavalos da Guarda Nacional Republicana e às ameaças do administrador do concelho, ali compareceu aos milhares a partir da segunda *aparição*, para presenciar uma visão que não viam, mas em que entreviam uma presença sobrenatural. Interpela-nos finalmente através da fé dos crentes que ao longo de um século aí continuaram a afluir, para pedir à sua Mãe do Céu as graças de que careciam e exporem ao Senhor as aspirações e necessidades dos seus corações.

As peregrinações em que ocorrem a Fátima centenas de milhares de fiéis são sem dúvida um espetáculo impressionante. É verdade que em momentos desses, como a 13 de Outubro de 1917 notava o Dr. Domingos Pinto Coelho, "estabelece-se nas multidões uma psicologia coletiva"; contudo, assim como então "sobre aquela multidão perpassava uma grande onda de fé, que fortemente comovia", tal espetáculo continua a ser edificante, com tanto que nos não deixemos arrastar pelos caminhos da emoção fácil mas superficial. Como nos ensina história do profeta Elias (I Re 19, 12-18), Deus não está, de uma maneira geral, presente no vendaval, nem no terramoto, nem no incêndio, mas na brisa ligeira que perpassa sem mal se ouvir. Se o Senhor nos pode de quando em vez interpelar no bramir da multidão, é normalmente no silêncio do coração que Ele fala a cada um de nós.

Não exortaríamos por isso um ortodoxo a debruçar-se sobre a *Mensagem de Fátima*, que pouco tem a nos dizer que não esteja dito já, nem a averiguar os pormenores da sua história; mas se na atmosfera de paz e de oração que quase sempre ali reina encontra um ambiente próprio para se recolher e orar, exortá-lo-íamos a aproveitá-lo, não esquecendo que, como uma vez ouvimos do arquiandrita Plácido Deseille,

Fátima é um lugar em que é invocado o nome da Madre Deus; e a Madre Deus jamais permanece longe dos que invocam o seu nome.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

A literatura sobre Fátima é muito abundante, mas consiste sobretudo em obras de piedade popular, sem grande conteúdo teológico, ou de mera divulgação do seu culto. Das obras mais sérias basta citar as seguintes, onde o leitor curioso poderá encontrar mais detalhes do que aqui lhe fornecemos:

D. Carlos Moreira Azevedo, *Fátima - Das visões dos Pastorinhos à Visão Cristã*, 2ª ed., "A Esfera dos Livros", Lisboa, 2017.

Carlos Moreira Azevedo & Luciano Cristino (coordenadores), *Enciclopédia de Fátima*, Principia Editora, Estoril, 2007.

Pe Luís Kondor, *Memórias da Irmã Lúcia*, compilação do..., vol. I, Fundação Francisco e Jacinta Marto, 17ª edição, Fátima, 2015. (Existe também um vol. II, de menor interesse, que se ocupa da família dos videntes).

Manuel Fernando Sousa e Silva, *Francisco - O consolador de Deus*, Ed. Paulinas, Prior Velho, 2019.

Chanoine C. Barthas, *Les apparitions de Fatima*, Le Livre Chrétien - Lib. Arthème Fayard, / Fatima-Éditions, Paris & Tolosa, 1952.